



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Palmas-TO, 2012



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral

Palmas-TO, 2012



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS.....	5
LISTA DE QUADROS E TABELAS	6
APRESENTAÇÃO	8
PARTE A – INFORMAções GERAIS SOBRE A GESTÃO.....	9
ITEM 1 DA PARTE “A”	9
1.1. Relatório de Gestão Individual - Identificação da Unidade	9
ITEM 2 DA PARTE “A”	10
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade	10
2.1.1. Competência Institucional	10
2.1.2. Objetivos Estratégicos	12
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	14
2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico	14
2.2.2. Análise do Plano de Ação – Exercício 2011	15
2.2.3. Análise do andamento do Sistema de Gestão da Qualidade do Tribunal	15
2.3. Programas de Governo sob Responsabilidade da UJ	17
2.3.1. Execução Física das Ações realizadas	17
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro	18
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas	18
2.4.2. Programação Orçamentária das Despesas Correntes.....	19
2.4.3. Programação Orçamentária das Despesas de Capital	20
2.4.4. Quadro Resumo da Programação das Despesas	21
2.4.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	22
2.4.6. Execução Orçamentária das Despesas.....	23
2.4.6.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	23
2.4.7. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	27
2.4.8. Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	28
2.4.9. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa nos Créditos Recebidos por Movimentação	29
2.4.10. Indicadores Institucionais	30
ITEM 3 DA PARTE “A”	33
3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	33
ITEM 4 DA PARTE “A”	34
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	34
ITEM 5 DA PARTE “A”	36
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	36
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ	36
5.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	36
5.1.3. Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Comissionadas.....	37
5.1.4. Quantificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade	37



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

5.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade.....	38
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	38
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	39
5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ	40
5.5. Terceirização de Mão de Obra Empregada pela UJ	41
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	43
ITEM 6 DA PARTE “A”	46
6.1. Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício	46
6.2. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contrato de Repasse.....	46
ITEM 7 DA PARTE “A”	49
7.1. Declaração.....	49
ITEM 8 DA PARTE “A”	50
8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	50
ITEM 9 DA PARTE “A”	51
9.1. Estruturas de Controles Internos da UJ	51
ITEM 10 DA PARTE “A”	53
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	53
ITEM 11 DA PARTE “A”	55
11.1. Gestão de Bens Imóveis de uso Especial	55
ITEM 12 DA PARTE “A”	58
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	58
ITEM 13 DA PARTE “A”	59
13.1. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	59
ITEM 14 DA PARTE “A”	60
14.1. Renúncia Tributária	60
ITEM 15 DA PARTE “A”	61
15.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício	61
15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do Exercício	63
15.3. Recomendações do OCI atendidas no Exercício	67
ITEM 16 DA PARTE “A”	68
16.1. Recomendações da unidade de Controle Interno atendidas no Exercício.....	68
16.2. Recomendações da unidade de Controle Interno pendentes de atendimento.....	84



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	91
ITEM 1 DA PARTE “B”	91
1.1. Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	91
ITEM 2 DA PARTE “B”	91
2.1. Análise Crítica das Demonstrações Contábeis	91
PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO	92
ITEM 1 DA PARTE “C”	92
1.1. Informações sobre o fundo partidário a serem prestadas pelo TRE-TO	92
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	97
ANEXOS	98



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ASPLAN/DG	Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral
CCIA	Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria
COFIN	Coordenadoria de Finanças
COSEG	Coordenadoria de Serviços Gerais
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DG	Diretoria Geral
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
LOA	Lei Orçamentária Anual
PAC	Plano Anual de Capacitação
PETRE	Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral
PFN	Procuradoria da Fazenda Nacional
SADOR	Secretaria de Administração e Orçamento
SEACONT	Seção de Análise e Contabilidade
SECONT	Seção de Contratos
SEPAG	Seção de Pagamentos
SEREF	Seção de Registros Funcionais e Informações Processuais
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGEPRO	Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária
SJI	Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação
SPGO	Seção de Programação e Gestão Orçamentária
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VPN	Rede Virtual Privada (tradução do inglês)
ZE	Zona Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro A.2.1 – Composição da Corte Eleitoral (TRE-TO) em 31/12/2011	11
Ilustração A.2.1 – Organograma resumido do TRE-TO	11
Ilustração A.2.2 – Mapa estratégico do TRE-TO.....	13
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	17
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	18
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	19
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital.....	20
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	21
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	22
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	23
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	24
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	25
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	27
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	28
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	29
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	34
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	36
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	36
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	37
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.....	37
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	38
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	38
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	38
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	39
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	40
Quadro A.5.10 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	41
Quadro A.5.11 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	42
Quadro A.5.12 - Índice de atingimento do Plano Anual de Capacitação	45
Quadro A.6.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	46
Quadro A.6.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	46
Quadro A.6.3 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	47
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	49
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	50
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	51
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	53
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	55
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	55
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	56



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.11.4 – Bens Imóveis de propriedade da União, pendentes de regularização.....	57
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	58
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	61
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	63
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	68
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	84
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	91
Quadro C.1.1 – Relação dos diretórios de partidos no Estado	92
Quadro C.1.2 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.	94
Quadro C.1.3 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência ...	94
Quadro C.1.4 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2010.....	95
Quadro C.1.5 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos.....	96
ANEXO I – Escopo do SGQ (processos e indicadores).....	98
ANEXO II – Temas e indicadores do Planejamento Estratégico do TRE-TO.....	100
ANEXO III - Projetos estratégicos.....	102
ANEXO IV - Projetos Executados em 2011	103
ANEXO V – Detalhamento dos Indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade.....	107



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão Individual refere-se ao exercício de 2011 e retrata as principais atividades executadas durante o ano, bem como presta informações sobre sua execução orçamentária, estrutura de pessoal, além de informações contábeis e outras específicas da Justiça Eleitoral.

A sequência e conteúdo das informações prestadas foram definidas pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Instrução Normativa nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 108/2010 e da Portaria nº 123/2011.

Assim, este relatório se divide em três grandes partes:

- o Parte A, com informações gerais da gestão;
- o Parte B, com informações contábeis da gestão;
- o Parte C, com informações específicas relativas a este Tribunal.

Dentro de cada “Parte” foram inseridos itens, de forma a melhor favorecer a compreensão do leitor e facilitar controle pela sociedade e pelos órgão de fiscalização.

Cabe ressaltar que não se aplicam os itens 13 e 14 da Parte A do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, tendo em vista não ser permitido o uso de cartões de crédito corporativo na Justiça Eleitoral, bem como pelo fato de este órgão não realizar arrecadação de tributos.

Entretanto, existem itens que se aplicam a este Regional, mas não há conteúdo a ser informado, são os 2.3.1, 3 e 6.1 da Parte A do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, motivo pelo qual foram suprimidos deste Relatório.

Dentre as principais ações, pode ser destacada a construção de sede própria para 03 cartórios em 2011, além do início de mais 01 com conclusão prevista para 2012. Com uma estrutura física adequada, o Eleitor será melhor atendido e acomodado, assim como os advogados, candidatos e representantes dos partidos políticos.

Para 2012, pode ser destacado o projeto de socialização do conhecimento, voltado para os servidores da Secretaria do Tribunal, cujo foco será o nivelamento sobre as atividades executadas nos Cartórios eleitorais, tornando-os aptos auxiliar em momentos de grande demanda, como é o caso do período de fechamento do cadastro eleitoral.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de um sistema informatizado de gestão das eleições, permitindo programar toda a logística da eleição, bem como seu acompanhamento em tempo real, reduzindo custos e tempo da apuração dos resultados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

ITEM 1 DA PARTE “A”

1.1. Relatório de Gestão Individual - Identificação da Unidade

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: Não se aplica.
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins			
Denominação abreviada: TRE-TO			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: 14126		Código SIAFI: 14126
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Atividade da Justiça Eleitoral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(063) 3216-6823	(063) 3216-6821	(063) 3216-6993
E-mail: dg@tre-to.jus.br			
Página na Internet: http://www.tre-to.jus.br			
Endereço Postal: Av. Teotônio Segurado, Conj. 01, lotes 01/02, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-214, Palmas–Tocantins.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- A criação deste Órgão da Justiça Eleitoral se deu por meio da Constituição Federal de 1988, com a criação do Estado do Tocantins, e sua instalação ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1989.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Regimento Interno do Tribunal (Resolução nº 05, de 25 de maio de 1994 e alterações); e - Regulamento da Secretaria do Tribunal (Resolução nº 116, de 15 de fevereiro de 2007).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Manual de Práticas Cartorárias; - Manual da Qualidade; - Revista Jurídica do TRE-TO; - Livro: Normas Eleitorais; - Manual da Minirreforma Eleitoral; - Manual de Rito de Instrumentos Processuais Eleitorais; - Carta de Serviços ao Cidadão; - Planejamento Estratégico do Tribunal 2010-2014.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
070027	Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
070027		00001	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 2 DA PARTE “A”

1.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins cuida da organização, fiscalização e execução do processo eleitoral, bem como de julgar as demandas judiciais no âmbito da sua jurisdição, e tem como missão institucional **“garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”**.

A Administração do órgão passou a traçar suas ações de maneira estratégica com a implementação de seu Planejamento Estratégico, concebido para o período de 2010 a 2014, por meio da Resolução nº 199, de 10 de dezembro de 2009. Nesse documento foi estabelecida a visão desse regional que é **“consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral no Estado do Tocantins, especialmente quanto a efetividade, transparência e segurança”**.

Mesmo incipiente, o planejamento estratégico começa a render seus primeiros frutos, como será visto adiante.

1.1.1. Competência Institucional

As principais competências do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins estão delineadas no artigo 121 da Constituição da República, bem como nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral e no seu Regimento Interno, que, em síntese, são:

- Processar e julgar originariamente o registro e cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos e candidatos; os conflitos de jurisdição entre os Juízes Eleitorais de sua circunscrição; os crimes eleitorais cometidos pelos seus Juízes Eleitorais; o *Hábeas Corpus* ou Mandado de Segurança em matéria eleitoral contra ato de autoridade que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos;
- Organizar a sua Secretaria, a da Corregedoria Regional Eleitoral, constituir as Juntas Eleitorais bem como dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais;
- Processar e julgar os recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos Juízes e Juntas Eleitorais;
- Organizar e administrar o cadastro nacional de eleitores do Estado;
- Controlar e fiscalizar todo o processo eleitoral sob sua jurisdição, desde o registro de cada diretório dos partidos políticos até a impressão de boletins e mapas de apuração durante a contagem dos votos.

Para exercer suas competências, possui, nos termos do art. 120 da Constituição Federal, 07 (sete) juízes membros, sendo 02 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça do Tocantins, 02 (dois) Juízes de Direito, 01 (um) Juiz Federal e 02 (dois) advogados nomeados pelo Presidente da República, todos escolhidos para exercerem suas funções por dois anos, prorrogáveis uma única vez.

Em 31/12/2011, a composição desta Corte Eleitoral era a seguinte:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

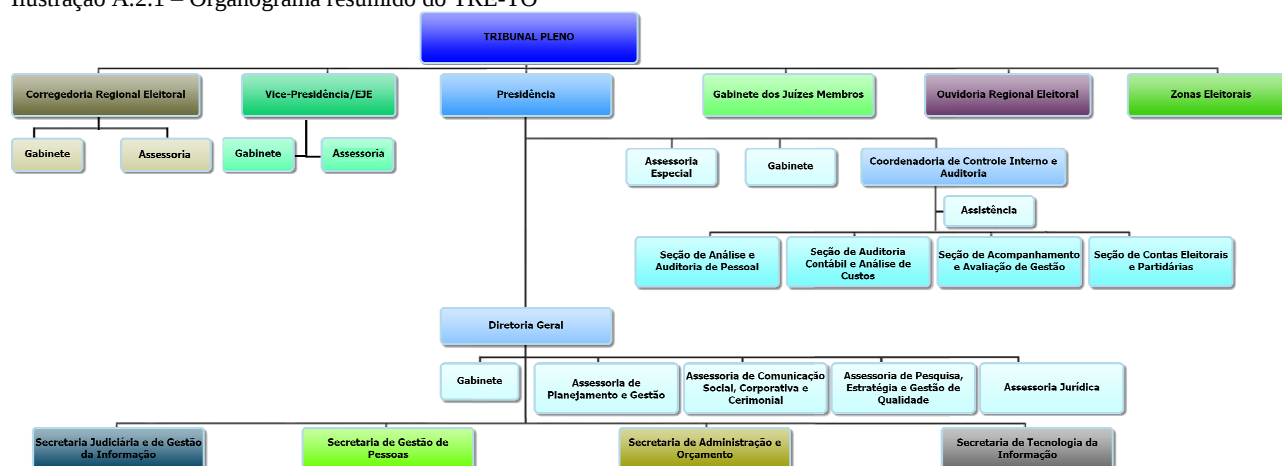
Quadro A.2.1 – Composição da Corte Eleitoral (TRE-TO) em 31/12/2011

JUÍZES EFETIVOS				
NOME	ORIGEM	INÍCIO	TÉRMINO	BIÊNIO
Marco Anthony S. Villas Boas	Desembargador	01/07/11	30/06/13	1º
José de Moura Filho	Desembargador	30/06/11	29/06/13	2º
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	Juiz Federal	10/11/11	09/11/13	2º
Francisco de Assis Gomes Coelho	Juiz de Direito	25/05/10	24/05/12	1º
José Ribamar Mendes Júnior	Juiz de Direito	01/07/11	30/06/13	1º
Vago	Advogado	-	-	-
Vago	Advogado	-	-	-
JUÍZES SUBSTITUTOS				
NOME	ORIGEM	INÍCIO	TÉRMINO	BIÊNIO
Vago	Desembargador	-	-	-
Bernardino Lima Luz	Desembargador	01/07/11	30/06/13	1º
Cleberson José Rocha	Juiz Federal	28/11/11	27/11/13	1º
Adonias Barbosa da Silva	Juiz de Direito	25/05/10	24/05/12	1º
Vago	Juiz de Direito	-	-	-
Vago	Advogado	-	-	-
Vago	Advogado	-	-	-

Fonte: SJI

Na parte administrativa, a estrutura encontra-se representada hierarquicamente pelo seguinte organograma:

Ilustração A.2.1 – Organograma resumido do TRE-TO



As atividades administrativas são de responsabilidade da Diretoria Geral e de suas 04 (quatro) Secretarias, que possuem, dentre outras, as seguintes competências:

- **Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação:** desenvolver as atividades de protocolo judicial, autuação, distribuição de feitos, informação processual, arquivo, expedição, biblioteca, editoração, bem como dar apoio aos Membros do Tribunal e aos advogados.
- **Secretaria de Gestão de Pessoas:** planejar, organizar, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de competência de suas unidades integrantes, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades relacionadas aos servidores.
- **Secretaria de Administração e Orçamento:** planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração dos recursos materiais, patrimoniais, licitações, contratações e aquisições, serviços gerais, obras e projetos, manutenção e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

conservação predial, e ainda as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do Tribunal, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades.

- **Secretaria de Tecnologia da Informação:** desenvolvimento de sistemas e aplicativos computacionais; a prospecção e absorção de novas tecnologias; a administração da rede de informática e do banco de dados; o suporte técnico de softwares e equipamentos e o atendimento especializado no âmbito do Tribunal.

Compõem, ainda, a estrutura orgânica do TRE-TO, a Corregedoria-Regional Eleitoral, cuja competência encontra-se definida pela Resolução TSE nº 7.651/1965; a Escola Judiciária Eleitoral, que tem por finalidade formar, atualizar e especializar juízes eleitorais e interessados em Direito Eleitoral; e a Ouvidoria Regional Eleitoral, cujas atribuições encontram-se disciplinadas na Resolução TRE-TO nº 209/2010.

1.1.2. Objetivos Estratégicos

A atuação deste Regional se pauta no alcance de 16 objetivos estratégicos divididos em 8 temas, estabelecidos para o período de 2010 a 2014, a saber:

Tema 1: Sociedade

- 01 - Garantir a legitimidade do processo eleitoral;

Tema 2: Eficiência Operacional

- 02 - Garantir a celeridade nos trâmites judiciais e administrativos;
- 03 - Buscar a excelência na gestão de custos operacionais;
- 04 - Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral;
- 05 - Aperfeiçoar o planejamento de eleições;

Tema 3: Alinhamento e Integração

- 06 - Fomentar a interação e a troca de experiências entre tribunais e cartórios;

Tema 4: Atuação Institucional

- 07 - Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições;
- 08 - Aprimorar a comunicação com públicos externos;

Tema 5: Responsabilidade Social e Ambiental

- 09 - Promover a cidadania;
- 10 - Melhorar a relação com o meio ambiente;

Tema 6: Gestão de Pessoas

- 11 - Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégica;
- 12 - Adequar o quadro funcional às necessidades institucionais;
- 13 - Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores;

Tema 7: Infraestrutura e Tecnologia

- 14 - Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais;
- 15 - Garantir a infra-estrutura e disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;



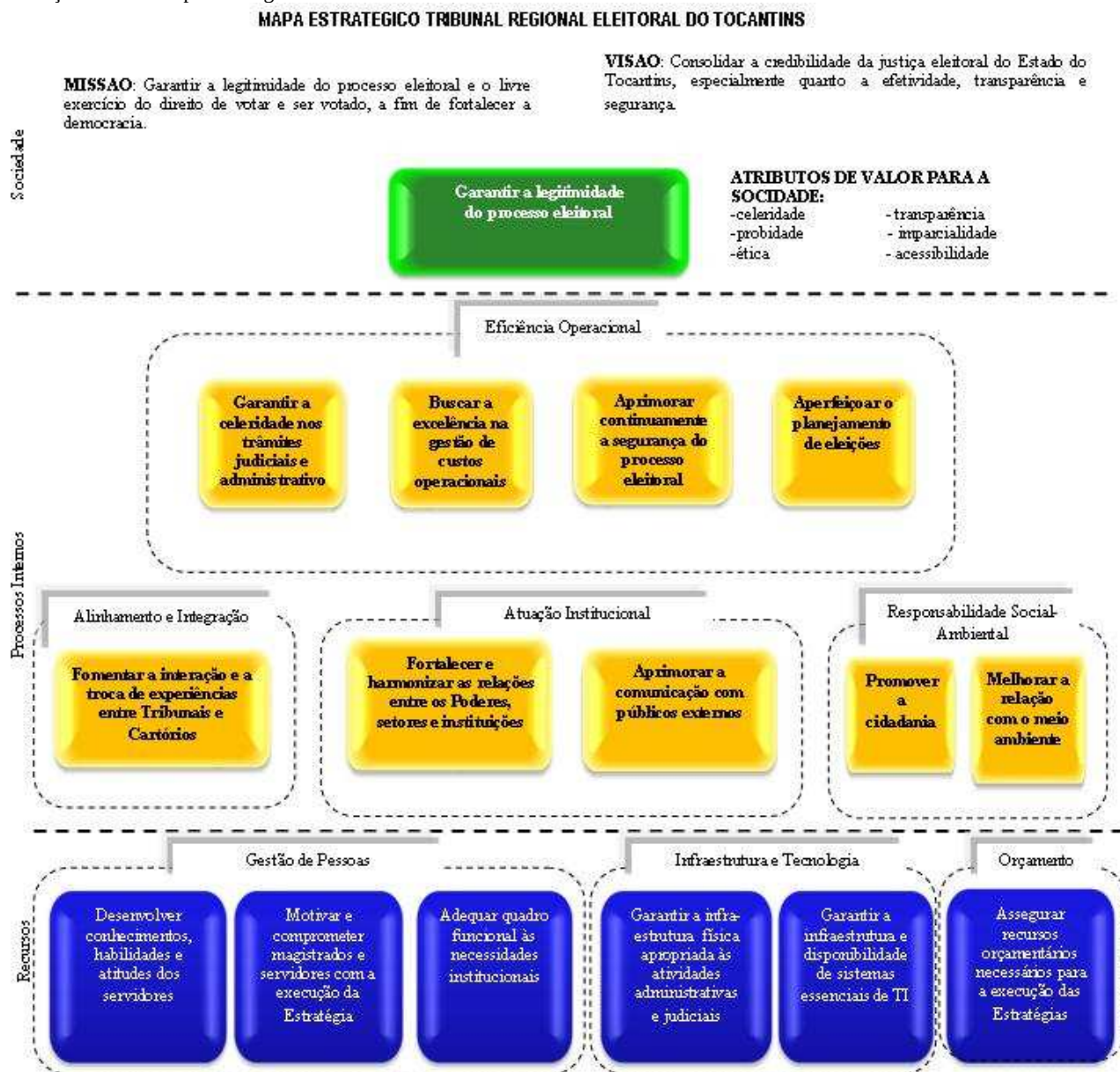
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Tema 8: Orçamento

16 - Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia.

O diagrama a seguir evidencia o modelo de Planejamento Estratégico adotado pelo TRE-TO:

Ilustração A.2.2 – Mapa estratégico do TRE-TO



Além do Planejamento Estratégico, outra ação merece destaque. A partir de 2004, atendida com as novas exigências da sociedade e alinhados aos ditames da administração moderna, a direção do Tribunal decidiu pela implantação de um sistema de gestão da qualidade (SGQ) e a sua certificação conforme a norma NBR ISO 9001, **estabelecendo como escopo do sistema os processos de realização das eleições**, uma meta inédita e ousada para a administração pública, que foi alcançada, estando implantado desde 2005.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Este Regional foi o primeiro órgão público do Tocantins a obter a certificação ISO 9001 e um dos cinquenta primeiros em todo o Brasil. A partir daí, têm-se trilhado os caminhos da melhoria contínua.

Em novembro de 2011, foi realizada a re-certificação do SGQ, com renovação da validade do certificado para ciclo 2012/2014.

O escopo do SGQ possui 16 processos, dos quais derivam 43 indicadores, além de outros 3 indicadores relacionados aos objetivos da qualidade, discriminados conforme o anexo I deste Relatório.

1.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

A estratégia de atuação do TRE-TO está definida em seu Planejamento Estratégico através da definição de cinco variáveis:

1. Missão;
2. Visão;
3. Objetivos Estratégicos;
4. Projetos Estratégicos em execução ou previstos;
5. Indicadores de Desempenho.

A missão, visão e objetivos estratégicos já foram expostos no item 2.1. A seguir, segue análise geral do planejamento do Órgão, sua carteira de projetos estratégicos e seus indicadores de desempenho.

1.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico

O andamento do Planejamento Estratégico no TRE-TO tem sido feito por meio de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) pela alta administração, em cumprimento à Resolução CNJ nº 70/2009 e Resolução TRE-TO nº 199/2009. Essas reuniões tem sido realizadas desde o ano 2010, mas somente no primeiro trimestre de 2011 foi feita a primeira medição de indicadores. No período, foi verificado que haviam indicadores impossíveis de se mensurar e outros que não eram conexos com o objetivo estratégico a que se referiam. Logo, em agosto de 2011, foi aprovada a 1ª Revisão do Planejamento Estratégico do TRE-TO. Para tanto, foram analisados os objetivos estratégicos, os indicadores de desempenho e os projetos estratégicos contidos no planejamento.

Não houve alteração em relação aos objetivos estratégicos, uma vez que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou um grupo de trabalho no primeiro semestre de 2011 para revisão do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral. Na época, o TSE informou que alguns objetivos estratégicos seriam obrigatórios para todos os regionais, logo a alta administração deste Tribunal decidiu por aguardar decisão do TSE. A relação dos objetivos estratégicos do TRE-TO está no item 2.1.2.

Quanto aos indicadores de desempenho, foram propostas mudanças na matriz de indicadores, alguns deles foram excluídos e outros criados. Essas mudanças foram necessárias para adequá-los à realidade do TRE-TO, de forma que eles contribuam efetivamente para analisar o atingimento dos objetivos estratégicos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Na revisão do Plano Estratégico, foram estabelecidos 35 indicadores, dos quais podem derivar até 39 metas anuais. Isto se deve ao fato de que 4 indicadores judiciais possuem metas individuais para 1º e 2º grau. Para 2011, **a alta administração estabeleceu 29 metas**. O anexo II contém tabela com as metas previstas e o percentual do que foi realizado no ano.

Das 29 metas estabelecidas para 2011, 15 metas foram alcançadas, 09 não foram alcançadas e a mensuração de 05 indicadores ficou prejudicada por falta de dados ou inconsistência na fórmula.

A meta geral do Planejamento Estratégico (indicador 25) era atingir 50% do cumprimento das demais 28 metas. Pela análise dos indicadores, verifica-se que o órgão alcançou exatamente 50% do cumprimento das metas previstas para 2011.

Com relação aos projetos estratégicos, em reuniões realizadas com as unidades do órgão para análise do Plano Estratégico, percebeu-se que vários dos projetos relacionados no documento não existiam efetivamente. Logo, estes foram excluídos do planejamento e outros foram acrescentados. Essa fase foi a de alinhamento dos projetos estratégicos à realidade do Tribunal.

O anexo III contém a relação dos projetos atualmente constantes no Planejamento Estratégico.

1.2.2. Análise do Plano de Ação – Exercício 2011

Os projetos já relacionados no item 2.2.1 (vide anexo III) foram as ações estratégicas planejadas para 2011, entretanto, os projetos e ações efetivamente realizados tiveram quatro direcionamentos:

- 1º. Cumprimento das metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- 2º. Cumprimento do Planejamento Estratégico;
- 3º. Planejamento das Eleições 2012; e
- 4º. Atendimento de novas demandas que surgiram durante o ano.

Tais direcionamento com respectivos planos de ação e projetos estão relacionados no anexo IV.

1.2.3. Análise do andamento do Sistema de Gestão da Qualidade do Tribunal

O sistema conta com 43 indicadores relacionados aos processos de seu escopo, onde 32 têm seus resultados diretamente relacionados à realização das eleições, sendo devidamente detalhados no Quadro A.1.3.

Em 2011, por não ser ano eleitoral, foram 11 os indicadores com medição no exercício, sendo que, desses, 9% (nove por cento) superaram as metas traçadas para 2011, 36% (trinta e seis por cento) alcançaram percentual superior a 90%, e 55 % (cinquenta e cinco por cento) não atingiram esse patamar, mas obtiveram índices satisfatórios. Os resultados estão demonstrados no anexo V.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Para 2012, ano eleitoral, os objetivos são a manutenção e a melhoria do SGQ, com a melhoria da performance em todos os seus indicadores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

1.3. Programas de Governo sob Responsabilidade da UJ

1.3.1. Execução Física das Ações realizadas

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
02	301	0570	2004	A	4	Unidade	689	279	637
02	365	0570	2010	A	4	Unidade	66	66	66
02	306	0570	2012	A	4	Unidade	233	238	247
02	331	0570	2011	A	4	Unidade	5	1	3
02	128	0570	4091	A	4	Unidade	205	528	330
02	122	0570	5439	P	4	Unidade	2	1	0

Fonte: SIGPLAN e LOA/2012

Análise Crítica

Em relação às despesas obrigatórias, não foi alcançada a meta de Assistência Médica, já que a prevista inclui todos os possíveis beneficiários, no entanto, nem todos precisam efetivamente de algum tipo de tratamento.

Em relação aos projetos, uma das obras só pode ser licitada após liberação do valor contingenciado, levando à inscrição dos recursos em Restos a Pagar.

Já em relação à capacitação de pessoal, a meta prevê oferecer ao menos um curso de capacitação a cada servidor. Todavia, alguns eventos de treinamento na modalidade *in company* permitem aumentar a oferta de vagas de capacitação, permitindo que um mesmo servidor receba mais de um treinamento.

Quanto aos gastos com auxílio-transporte, apenas 1 (um) servidor tem utilizado o benefício.

O cumprimento da meta colaborou para o bom funcionamento deste Tribunal, melhorou os serviços prestados aos cidadãos, assim como possibilitou oferecer melhores condições de trabalho aos servidores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

1.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

1.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	14.126	070027



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

1.4.2. Programação Orçamentária das Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	41.294.240,00	42.988.411,00	-	-	16.558.738,00	15.198.846,98
	PLOA	41.294.240,00	42.988.411,00	-	-	13.695.090,00	11.346.805,00
	LOA	41.294.240,00	42.988.411,00	-	-	13.695.090,00	11.346.805,00
CRÉDITOS	Suplementares	323.679,00	461.781,00	-	-	792.732,00	1.179.064,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	- 532.000,00	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		41.617.919,00	43.450.192,00	-	-	13.955.822,00	12.525.869,00

Fonte: SIAFI Gerencial e SIGEPRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

2.4.3. Programação Orçamentária das Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		15.719.639,00	10.409.461,53	-	-	-	-
	PLOA		1.651.659,00	1.724.300,00	-	-	-	-
	LOA		1.651.659,00	2.024.300,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		927.800,00	747.750,00	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	150.000,00	-	-	-	-
		Reabertos	-	1.000.000,00	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		- 12.000,00	- 450.000,00	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total			2.567.459,00	3.472.050,00	-	-	-	-

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial, LOA e SIGEPRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

2.4.4. Quadro Resumo da Programação das Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		57.852.978,00	58.187.258,00	15.719.639,00	10.409.461,53	-	-
	PLOA		54.989.330,00	54.335.216,00	1.651.659,00	1.724.300,00	-	-
	LOA		54.989.330,00	54.335.216,00	1.651.659,00	2.024.300,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		1.116.411,00	1.640.845,00	927.800,00	747.750,00	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	1.000.000,00	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-532.000,00	-	-12.000,00	-450.000,00	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			55.573.741,00	55.976.061,00	2.567.459,00	3.472.050,00	-	-

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial e SIGEPRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

2.4.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	070006	1412602301057020040001	-	-	19.332,98
		070025	1412602301057020040001	-	-	90.000,00*
		070006	1412602301057020040001	-	-	19.332,98
	Recebidos	070026	1410102061057042690001	16.557,19	-	13.750,95
		070025	1410702301057020040001	-	-	11.916,40*
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI DEZ/2011 – CONRAZAO (192220100/292220100) e CONPTRES

* Foram computados devolvidos pelo TRE-DF (R\$ 4.150,40), oriundos de descentralização àquela UG, uma vez que na devolução fora utilizado evento de descentralização, ao passo que seria adequado o lançamento com evento próprio de devolução de tais recursos.

Análise Crítica

Esta Unidade recebeu recursos com finalidades específicas, a saber:

- Descentralizações da UG 070026 – custear despesas com realização de eleições não-oficiais, por empréstimo e logística de realização de eleições de entidades da sociedade civil;
- Descentralizações da UG 070025 – custear despesas médicas e odontológicas dos servidores daquela Unidade, em exercício provisório neste Tribunal, mediante Termo de Cooperação mútua.

Os recursos descentralizados por esta Unidade tiveram objetivo de cobrir despesas médicas e odontológicas com servidores deste Tribunal, em exercício provisório, removidos ou que ensejem tratamentos em grandes centros, mediante termo de cooperação recíproca.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

2.4.6. Execução Orçamentária das Despesas

2.4.6.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	4.721.803,97	3.445.568,65	4.721.803,97	3.445.568,65
Convite	-	50.071,00	-	50.071,00
Tomada de Preços	75.410,43	-	75.410,43	-
Concorrência	225.817,11	-	225.817,11	-
Pregão	4.420.576,43	3.395.497,65	4.420.576,43	3.395.497,65
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	3.215.931,37	2.796.997,89	3.215.931,37	2.796.997,89
Dispensa	1.279.567,76	988.562,87	1.279.567,76	988.562,87
Inexigibilidade	1.930.564,68	1.808.435,02	1.930.564,68	1.808.435,02
Regime de Execução Especial	76.508,68	120.525,75	76.508,68	120.499,68
Suprimento de Fundos	76.508,68	120.525,75	76.508,68	120.499,68
Pagamento de Pessoal	42.269.148,82	42.881.093,12	40.321.324,63	40.688.484,84
Pagamento em Folha	41.617.919,00	42.516.962,50	39.670.094,81	40.324.354,22
Diárias	634.691,99	364.130,62	634.691,99	364.130,62
Outros	737.328,77	554.594,79	736.560,31	554.594,79

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial (consulta conta 292410102 – 292410405; 2921303)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	41.617.929,11	42.734.024,46	41.617.929,11	42.516.962,50	-	217.061,96	39.670.094,81	40.324.354,22
1º Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil (11)	31.313.082,86	31.620.481,86	31.313.082,86	31.620.481,86	-	-	31.088.298,28	31.620.481,86
2º Obrigações Patronais - Operações Intra-Orçamentárias (13)	4.776.619,73	4.879.708,38	4.776.619,73	4.879.708,38	-	-	4.773.080,72	4.879.708,38
3º Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar (01)	2.080.257,40	1.887.896,40	2.080.257,40	1.887.896,40	-	-	2.080.257,40	1.887.896,40
Demais elementos do grupo	3.447.969,12	4.345.937,82	3.447.969,12	4.128.875,86	-	217.061,96	1.728.458,41	1.936.267,58
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	13.826.685,48	11.219.753,73	10.708.560,89	8.793.973,25	3.118.124,59	2.425.780,48	10.665.316,93	8.793.947,18
1º Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (39)	6.397.203,99	4.349.582,49	4.293.868,76	2.588.772,35	2.103.335,23	1.760.810,14	4.313.544,67	2.588.772,35
2º Locação de Mão-de-obra (37)	2.345.234,81	2.053.788,77	1.891.533,96	1.708.733,95	453.700,85	345.054,82	1.888.562,85	1.708.733,95
3º Auxílio-Alimentação (46)	1.703.777,64	1.726.211,05	1.703.777,64	1.726.211,05	-	-	1.701.722,32	1.726.211,05
Demais elementos do grupo	3.380.469,04	3.090.171,42	2.819.380,53	2.770.255,90	561.088,51	319.915,52	2.761.487,09	2.770.229,83

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial 2011 e 2010 (a-Despesas Empenhadas, b-Despesas Executadas, c-Valores Pagos e d-RP não processados) por natureza de despesa. Contas 2921302, 292130203, 2921303.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	2.558.755,65	2.877.456,49	679.877,35	550.591,58	1.878.578,30	2.326.864,91	680.177,35	550.591,58
1º Equipamentos e Material Permanente (52)	1.334.254,86	1.411.949,68	465.367,30	550.591,58	868.887,56	861.358,10	465.367,30	550.591,58
2º Obras e Instalações (51)	634.610,79	1.405.680,81	209.490,05	-	425.120,74	1.405.680,81	209.490,05	-
3º Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica (39)	589.590,00	59.826,00	5.020,00	-	584.570,00	59.826,00	5.020,00	-
Demais elementos do grupo	300,00	-	300,00	-	-	-	300,00	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	58.003.370,24	56.831.234,68	53.006.667,35	51.861.527,33	4.996.702,89	4.969.707,35	51.015.589,09	49.668.892,98

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial 2011 e 2010 (a-Despesas Empenhadas, b-Despesas Executadas, c-Valores Pagos e d-RP não processados) por natureza de despesa. Contas 2921302, 292130203, 2921303

Análise Crítica

As principais alterações orçamentárias ocorridas em 2011 se referem:

1. ao recebimento de suplementação de recursos, onde a Setorial de Orçamento (TSE) concedeu Crédito Suplementar, visando a cobertura de despesas com a locação de novo imóvel para sede da 29ª ZE, em Palmas-TO, bem como para os gastos de adaptações e equipamentos necessários. A nova locação ficou em valor bastante superior ao anterior, cujas condições já estavam afetando o bom funcionamento do cartório e, conseqüentemente, o bom atendimento ao eleitor, candidatos e partidos;
2. recurso remanejado do GND 33 para o GND 44, em razão da redução dos gastos com *backbone* secundário mediante a instalação de rede virtual privada. Os recursos remanejados foram destinados à contratação de empresa de TI na área de desenvolvimento de software.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Embora tenha retardado a execução de obras e reformas, o contingenciamento foi liberado a partir de agosto de 2011, mediante absorção total do contingenciamento pela Setorial (TSE). Dessa forma, as contratações foram efetivadas e iniciadas, mas somente serão concluídas com recursos inscritos em Restos a Pagar de 2011.

Além do mais, a crescente utilização de pregões eletrônicos tem ampliado a competição e reduzido os custos das aquisições e contratações de forma significativa.

Por fim, cabe ressaltar que a modalidade Registro de Preços está sendo adotada em diversas aquisições, além de adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos. Contudo, a execução de desta modalidade ainda não está disponível no SIAFI, para efeito de acompanhamento das execuções.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

2.4.7. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	715,00	1.974.375,55	715,00	1.971.911,76
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	715,00	1.974.375,55	715,00	1.971.911,76
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	6.557,38	242.446,54	5.798,93	242.446,54
Dispensa	-	38.766,63	-	38.766,63
Inexigibilidade	6.557,38	203.679,91	5.798,93	203.679,91
Regime de Execução Especial	-	771.218,93	-	771.218,93
Suprimento de Fundos	-	771.218,93	-	771.218,93
Pagamento de Pessoal	28.670,33	4.129.178,86	28.670,33	4.129.019,86
Pagamento em Folha	16.537,83	2.823.221,71	16.537,83	2.823.221,71
Diárias	12.132,50	1.305.957,15	12.132,50	1.305.798,15
Outras	1.208,62	497.180,10	1.105,77	497.100,60

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial 2011e 2010 (a-Despesas Empenhadas, b-Despesas Executadas, c-Valores Pagos e d-RP não processados) por natureza de despesa e Unidade Orçamentária. Contas 2921302, 292130203, 2921303.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

2.4.8. Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	16.537,83	2.823.221,71	16.537,83	2.823.221,71	-	-	2.823.221,71	2.823.221,71
1º Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil (16)	12.668,28	2.793.565,10	12.668,28	2.793.565,10	-	-	2.793.565,10	2.793.565,10
2º Despesas de Exercícios Anteriores (92)	3.859,44	4.781,16	3.859,44	4.781,16	-	-	4.781,16	4.781,16
3º Obrigações Patronais - Operações Intra-Orçamentárias (13)	10,11	1.643,10	10,11	1.643,10	-	-	1.643,10	1.643,10
Demais elementos do grupo	-	23.232,35	-	23.232,35	-	-	23.232,35	23.232,35
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	20.613,50	6.815.865,52	19.752,20	6.116.884,15	861,30	698.981,37	19.752,20	6.114.261,36
1º Diárias - Pessoal Civil (14)	12.132,50	1.237.669,77	12.132,50	1.237.669,77	-	-	12.132,50	1.237.590,27
2º Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física (36)	6.043,45	84.731,37	5.529,00	84.731,37	514,45	-	5.529,00	84.731,37
3º Obrigações Tributárias e Contributivas (47)	1.208,62	3.304,74	1.105,77	3.304,74	102,85	-	1.105,77	3.304,74
Demais elementos do grupo	1.228,93	5.490.159,64	984,93	4.791.178,27	244,00	698.981,37	984,93	4.788.634,98

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial 2011 e 2010 (a-Despesas Empenhadas, b-Despesas Executadas, c-Valores Pagos e d-RP não processados) por natureza de despesa e Unidade Orçamentária. Contas 2921302, 292130203, 2921303



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

2.4.9. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa nos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SPGO/COFIN - SIAFI Gerencial 2011 e 2010 (a-Despesas Empenhadas, b-Despesas Executadas, c-Valores Pagos e d-RP não processados) por natureza de despesa e Unidade Orçamentária. Contas 2921302, 292130203, 2921303

Análise Crítica

Os recursos recebidos em 2011 por movimentação interna (provisões de créditos) destinaram-se essencialmente às despesas com Assistência Médica e Odontológica, mediante termo de cooperação entre este Tribunal e os TRE's do Distrito Federal e Piauí, visando cobrir despesas médicas dos respectivos servidores cedidos ou com lotação provisória, ou mesmo em casos em que demande tratamento especializado não disponível no Tocantins. Nessa cooperação, os servidores se valem do controle e cadastro dos credenciados do outro Tribunal.

Houve ainda provisões do TSE, para atender gastos com cessão de urnas em eleições não-oficiais. O ente solicitante recolhe o valor correspondente à logística envolvida no processo, inclusive despesas de pessoal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

1.4.10. Indicadores Institucionais

Como forma de demonstrar alguns dos resultados alcançados pela Gestão, seguem principais indicadores institucionais utilizados.

INDICADOR: Índice geral de satisfação do eleitor					
O que mede	A percepção dos eleitores em relação a diversos aspectos dos serviços prestados pelo TRE.				
Para que medir	Identificar os requisitos de qualidade para os serviços do TRE e avaliar o grau de satisfação dos eleitores.				
Quem mede	ASPEQ/DG				
Quando medir	Bienal (dia da eleição)				
Onde medir	Público externo de diversas cidades e público especializado, de acordo com a amostra definida na pesquisa.				
Como medir	Somatório dos conceitos Bom e Ótimo (SCBO), indicadores de satisfação, de cada aspecto dividido pelo Total de Aspectos da Pesquisa (TAP).				
	SCBO / TAP = Índice Geral de Satisfação do Eleitor				
Situação inicial	90,6%				
Meta	Atingir 92% em 2012.				
Meta					
Linha de Base	2005	2006	2008	2010	2012
Meta					92%
Índice	82%	86,6%	89%	90,6%	

INDICADOR 34: Índice de Execução Orçamentária					
Objetivo estratégico	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução das estratégias.				
O que mede	A execução do orçamento em relação ao disponibilizado/contemplado.				
Para que medir	Verificar o grau de capacidade da justiça eleitoral para executar os recursos programados.				
Quem mede	SADOR				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Sistema SIAFI e SIGEPRO				
Como medir	Orçamento Executado dividido pelo Orçamento Disponibilizado multiplicado por cem. $\frac{OE}{OD} \times 100$ Obs1: Não são consideradas no cálculo as despesas com pessoal e benefício.				
Situação inicial	-				
Meta	Aumentar para 90% o índice da execução orçamentária até 2014.				
Meta					
Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
Meta	-	80%	83%	85%	90%
Índice	-	99,93%			

INDICADOR: Índice de Congestionamento – 1º grau	
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento, com exceção dos processos de prestação de contas de campanhas eleitorais.
Para que medir	Verificar a capacidade da justiça eleitoral de atender à demanda de processos judiciais.
Quem mede	1º Grau – CRE
Quando medir	Anualmente
Onde medir	Sistema de Acompanhamento Processual - SADP
Como medir	* TC_{1° (Taxa de congestionamento no 1º Grau) / Fórmula: $TC_{1^\circ} = 1 - (TBaix_{1^\circ} / (CN_{1^\circ} + CP_{1^\circ}))$ Definição das variáveis: • $TBaix_{1^\circ}$ – Total de Processos Baixados no 1º Grau: Número de processos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

	decididos (baixado) no 1º Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios e Pedidos de Reconsideração) e os recursos externos (Recurso Eleitoral). • CN₁ - Casos novos de 1º Grau: Número de processos originários autuados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base, <u>excluem-se</u> os Embargos Declaratórios e os Pedidos de Reconsideração. Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007. • CP₁ – Casos Pendentes na Justiça Eleitoral de 1º Grau:Total de processos originários autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior). Considera-se decidido (baixado) o processo transitado em julgado ou que foi arquivado, apensado, sobrestado ou expedido, à exceção de diligências. Os processos sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados novamente. Os processos remetidos ao 2º Grau não são considerados pendentes.				
Situação inicial	-				
Meta	Reduzir a taxa de congestionamento no âmbito do TRE-TO para 10% e 7%, em 1º e 2º graus, respectivamente, até 2014.				
Meta					
Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
Meta	-	35%	30%	25%	10%
Índice	-	40%			



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

INDICADOR: Índice de Congestionamento – 2º grau					
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento, com exceção dos processos de prestação de contas de campanhas eleitorais.				
Para que medir	Verificar a capacidade da justiça eleitoral de atender à demanda de processos judiciais.				
Quem mede	2º Grau – SJI				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Sistema de Acompanhamento Processual - SADP				
Como medir	* TC_{2º} (Taxa de congestionamento no 2º Grau) / Fórmula:TC_{2º} = 1 – (TBaix_{2º} / (CN_{2º} + CP_{2º})) Definição das variáveis: ● TBaix_{2º} – Total de Processos Baixados no 2º Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos do 1º Grau decididos (baixados) no 2º Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). ● CN_{2º} - Casos novos de 2º Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base. Excluem-se os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007. ● CP_{2º} – Casos Pendentes no 2º Grau: Total de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1ª Grau, autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior). Considera-se decidido (baixado) o processo transitado em julgado ou que foi arquivado, apensado, sobrestado ou expedido, à exceção de diligências. Os processos sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados novamente. Os processos remetidos ao 2º Grau não são considerados pendentes.				
Situação inicial	-				
Meta	Reduzir a taxa de congestionamento no âmbito do TRE-TO para 10% e 7%, em 1º e 2º graus, respectivamente, até 2014.				
Meta					
Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
Meta	-	35%	33%	30%	7%
Índice	-	57%			

Como dito no item 2.1, este órgão começa a colher os primeiros frutos de um planejamento estratégico estruturado, pois passou a conhecer de forma mais detalhada seus pontos fortes e fracos, passando a desenvolver planos de ação para corrigir resultados não aceitáveis. Os demais indicadores estratégicos podem ser analisados no anexo II.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 3 DA PARTE “A”

3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2011 ou em exercícios anteriores, e, por conseguinte, não há registros de inscrição ou movimentação nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00, 21219.22.00 do SIAFI, nos termos descritos na Nota Técnica nº. 2309/2007/GENOC/CCONT - STN.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 4 DA PARTE “A”

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.195.177,64	-	2.194.067,85	1.109,79
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	5.668.688,72	472.778,61	5.165.134,94	30.775,17
2009	2.247.410,09	374.342,63	1.868.506,85	4.560,61
2008	3.842.592,96	383.735,32	3.445.825,17	13.032,47
2006	3.440.016,31	288.807,33	3.134.604,76	16.604,22
Observações: Não houve pagamento de Restos a Pagar de Exercícios anteriores em 2011.				

Análise Crítica

Os restos a pagar não processados inscritos no período de 2006 a 2010 compunham-se de:

- despesas empenhadas, para as quais restavam pendências quanto ao adimplemento da condição para o seu pagamento;
- despesas referentes à contratos continuados competentes aos últimos meses do exercício, mas cujos fornecedores ainda não apresentaram as faturas respectivas; ou, ainda,
- despesas respectivas ao mês de dezembro que só poderiam ser consideradas adimplidas no início do exercício seguinte.

Para a execução dos restos a pagar não processados, esta Unidade Gestora tem por meta principal a máxima execução, senão total, dos recursos respectivos, o que é perceptível quando analisados os índices de cancelamento, que representam 10 (dez) a 15% (quinze) do total inscrito em cada exercício. Ressalte-se que os cancelamentos tratavam de saldos de empenhos referentes a obras, a contratos continuados e a despesas estimadas, cujo montante futuro não foi adequadamente projetado quando da inscrição.

Quanto aos saldos de restos a pagar de exercícios anteriores pendentes de pagamento em 2011, esclareça-se que os respectivos empenhos tiveram suas vigências prorrogadas através de ato do Poder Executivo Federal e que se vinculam, na sua maior parte, à empenhos respectivos à despesas com obras provenientes de 2006, 2008 e 2009, e que permanecem nessa situação por motivos que vão além dos esforços deste Regional para o seu pagamento, os quais alicerçam-se na ocorrência de situações em que a empresa contratada possui obrigações contratuais, ainda que acessórias, pendentes, ou encerrou suas atividades e nenhum dos seus representantes pode ser contatado e nem reclamou os valores pendentes de pagamento. Já aos “Restos a Pagar Processados”, referem-se, quase em sua totalidade, a despesas com pessoal liquidadas no final do encerramento do exercício de 2010, cujos recursos financeiros para o pagamento só puderam ser liberados no início de 2011.

Percebe-se, de todo modo, que o procedimento adotado por este Regional no momento do pagamento dos restos a pagar não processados visam o máximo de execução até o primeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

semestre do ano seguinte ao de sua inscrição. Importante dizer que os pagamentos dos Restos a Pagar de exercícios anteriores não causam impactos na gestão financeira deste TRE-TO, visto que são inscritos mediante a verificação de suficiência financeira ao final do exercício de inscrição, cujo repasse dos recursos financeiros gozam da garantia prevista no art. 168 da CF/88, que os assegura ao Poder Judiciário até o limite da dotação orçamentária recebida.

Por fim, cabe registrar como ponto positivo, na gestão de Restos a Pagar, a ação da Administração já no início do exercício seguinte ao da inscrição, com o fito de agilizar a liquidação e o pagamento das despesas inscritas, ou o cancelamento dos recursos respectivos, se for o caso.

Como eventos negativos podem ser citados:

- deficiências no procedimento de reserva de recursos para contratos continuados cujo valor da despesa não é previamente conhecido;
- a não apresentação, pelos fornecedores, da documentação de cobrança;
- descumprimento de prazos de entrega dos produtos ou serviços;
- entrega de produtos em desacordo com a licitação;
- pendências referentes a execução de obrigações contratuais, etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 5 DA PARTE “A”

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	364	339	47	48
1.1. Membros de poder e agentes políticos	42	40	13	15
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	322	299	34	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	205	182	16	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	-	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	113	113	18	24
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	364	339	47	48

Fonte: SEGED, SEREF e SGP

5.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cédidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	16
3.1. De ofício, no interesse da Administração	5
3.2. A pedido, a critério da Administração	7
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	1
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	20

Fonte: SECAP e SEREF



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

5.1.3. Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Comissionadas

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	28	28	12	9
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	28*	28	12	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	21	9	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	4	2	4
1.2.4. Sem vínculo	-	3	1	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	150**	140	27	24
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	118	21	19
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	22	6	5
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	178	168	39	33

Fonte: SEREF

* Art. 5º, § 7º, da Lei nº 11.416/06 estabelece que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão (CJ-1 a CJ-4), no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, serão destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal, entretanto, não faz a distinção ou destinação dos referidos cargos conforme exigido pela tabela.

** Art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.416/06 estabelece que cada órgão destinará, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, podendo designar-se para as restantes servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que não integrem essas carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento. Ressalte-se que, para o referido cálculo são excluídas as funções comissionadas destinadas às Zonas Eleitorais. Da mesma forma que ocorre com os cargos em comissão, a lei não faz a distinção ou destinação das referidas funções conforme exigido pela tabela.

5.1.4. Quantificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	17	26	41	14	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	17	14	2	7
1.2. Servidores de Carreira	17	19	27	12	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	22	57	75	14	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	11	13	2	-
2.3. Funções gratificadas	20	46	62	12	-
3. Totais (1+2)	39	73	106	28	8

Fonte: SEGED e SEREF

Obs. Os servidores efetivos que possuem função comissionada ou cargo em comissão não foram lançados no campo “1.2. Servidores de Carreira”, de modo a evitar duplicidades, o que não refletiria adequadamente o quadro de pessoal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

5.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	28	103	112	2	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	40	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	28	63	112	2	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	1	29	10	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	5	3	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	1	24	7	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	29	132	122	2	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Obs. Os servidores efetivos que possuem função comissionada ou cargo em comissão não foram lançados no campo “1.2. Servidores de Carreira”, de modo a evitar duplicidades, o que não refletiria adequadamente o quadro de pessoal.

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	5	-
1.1 Voluntária	3	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	2	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	6	-
2.1 Voluntária	4	-
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	11	-

Fonte: Seref

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	2	-
3. Total (1+2)	2	-

Fonte: Seref



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	28	27	28	28	275.105,60
1.1 Área Fim	11	11	11	11	108.077,20
1.2 Área Meio	17	16	17	17	167.028,40
2. Nível Médio	33	33	33	31	228.411,48
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	33	33	33	31	228.411,48
3. Total (1+2)	61	60	61	59	503.517,08

Fonte: SEGED



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercí- os	2011	zero	zero	3.350.832,14	zero	52.535,40	zero	zero	zero	zero	3.403.367,54
	2010	zero	zero	4.168.044,78	zero	248.924,30	zero	zero	zero	zero	4.416.969,08
	2009	zero	zero	3.242.296,61	zero	100.646,20	zero	zero	zero	zero	3.342.942,81
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercí- os	2011	4.297.364,72	444.887,77	513.959,12	363.083,77	679.595,59	1.090,00	zero	206.555,35	zero	6.506.536,32
	2010	4.053.356,99	503.151,15	487.282,12	805.534,01	2.464.802,28	510,00	zero	246.048,75	zero	8.560.685,30
	2009	3.960.043,55	457.244,38	466.036,77	346.760,97	1.427.196,46	465,00	zero	152.588,19	zero	6.810.335,32
Servidores com Contratos Temporários											
Exercí- os	2011	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2010	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2009	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercí- os	2011	366.709,15	7.826,79	31.815,64	30.512,99	27.528,91	zero	zero	22.324,46	0,00	486.717,94
	2010	441.029,54	72.082,45	46.117,06	77.411,05	48.399,21	zero	zero	49.256,05	0,00	734.295,36
	2009	433.867,41	143.751,93	50.954,73	46.765,65	64.158,40	zero	zero	40.562,54	0,00	780.060,66
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercí- os	2011	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2010	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2009	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercí- os	2011	2.549.232,57	1.736.859,18	386.490,56	276.014,10	317.492,25	zero	zero	344.510,31	zero	5.610.598,97
	2010	2.522.576,81	2.807.414,80	490.369,60	857.520,50	875.169,70	zero	zero	473.792,60	zero	8.026.844,01
	2009	2.487.427,02	3.015.881,15	495.599,25	394.401,18	698.575,38	930,00	zero	342.174,85	zero	7.435.988,83
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercí- os	2011	9.781.581,03	2.914.132,09	1.104.192,37	873.288,36	1.295.130,22	30.711,68	zero	892.270,29	zero	16.891.306,04
	2010	9.363.962,20	2.960.421,78	1.109.375,20	2.110.115,93	3.695.462,22	1.020,00	zero	975.786,32	zero	20.216.143,65
	2009	9.174.066,81	2.698.344,68	1.050.259,36	787.889,84	2.122.001,45	1810,00	zero	560.575,08	zero	16.394.947,22

Fonte: SEPAG/COPES/SGP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

5.5. Terceirização de Mão de Obra Empregada pela UJ

Quadro A.5.10 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins													
UG/Gestão:070027				CNPJ: 05.789.902.0001/72									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	53/2006	04.829.840/0001-12	18/12/2006	18/12/2011	35	35	-	-	-	-	E
2006	L	O	54/2006	04.558.234/0001-00	02/01/2007	02/01/2012	31	31	3	3	-	-	E
2009	V	O	21/2009	37.014.776/0002-51	27/11/2009	27/11/2011	16	16	-	-	-	-	E
2011	V	O	34/2011	12.045.326/0001-14	13/10/2011	13/10/2011	4	4	-	-	-	-	A
2011	V	O	36/2011	12.045.326/0001-14	28/11/2011	28/11/2012	16	16	-	-	-	-	A
2011	L	O	40/2011	07.725.533/0001-80	02/01/2012	02/01/2013	19	19	1	1	-	-	A
2011	L	O	41/2011	10.295.964/0001-68	02/01/2012	02/01/2013	35	35	-	-	-	-	A
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.5.11 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins													
UG/Gestão: 070027					CNPJ: 05.789.902.0001/72								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	21/2010	11.037.718/0001-79	02/07/2010	02/07/2012	10	10	-	-	-	-	P
2011	1	O	42/2011	10.295.964/0001-68	03/01/2012	03/01/2013	9	9	3	3	-	-	A
2011	14	O	43/2011	04.795.101/0001-57	03/01/2012	03/01/2013	-	-	12	12	-	-	A
2011	14	O	44/2011	04.386.852/0001-10	03/01/2012	03/01/2013	-	-	1	1	-	-	A
Observações: O Contrato nº 42/2011 engloba serviços de conservação, copeiragem e recepcionista. O Contrato nº 43/2011 engloba serviços de auxiliar administrativo e auxiliar de almoxarifado. O Contrato nº 44/2011 se refere à contratação de técnico em saúde bucal.													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
1. Conservação e Limpeza;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
2. Segurança;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
3. Vigilância;													
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

Fonte: Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Os indicadores gerenciais utilizados na área de recursos humanos são os seguintes:

- **Rotatividade (*turnover*)**

Utilizando fórmula para cálculo de índice de rotatividade enviado pelo TSE, chegamos aos seguintes números em 2011:

- o Índice de rotatividade geral: 5,33 %;
- o Índice de rotatividade no Cargo de Analista Judiciário: 9,59%;
- o Índice de rotatividade no Cargo de Técnico Judiciário: 2,82%.

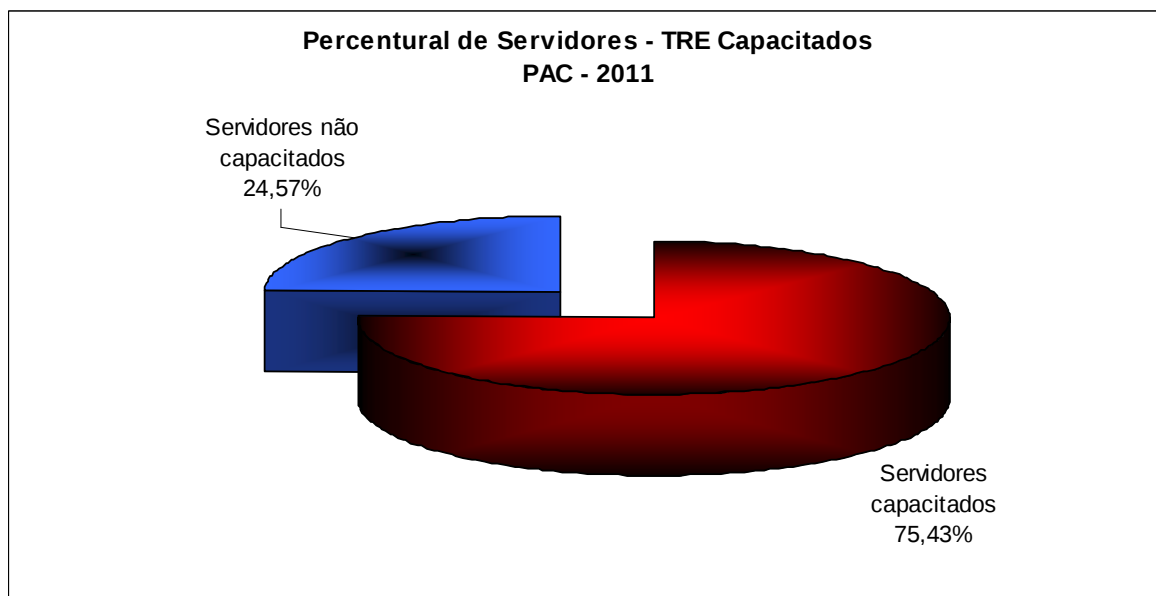
Provimento de cargos efetivos em 2011:

- o Decorrentes de aposentadoria: 01 cargo de Técnico Judiciário e 02 cargos de Analista Judiciário;
- o Decorrentes de vacância: 05 cargos de Analista Judiciário.

Diante destes dados, podemos identificar alta rotatividade no cargo de Analista Judiciário, o que supomos ocorrer em decorrência de aprovação em outros concursos públicos, especialmente devido à defasagem remuneratória em relação às outras carreiras do Poder Executivo e Legislativo.

- **Educação Continuada**

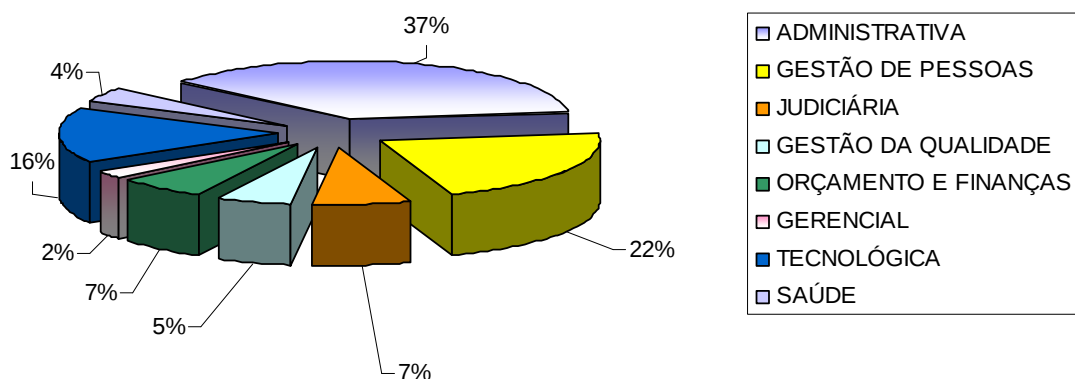
INDICADORES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA



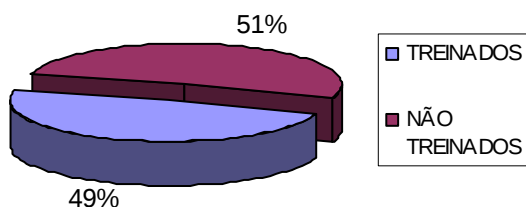


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

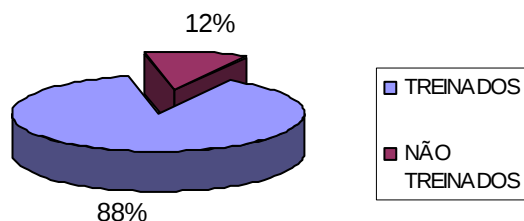
INVESTIMENTO PAC 2011 - POR ÁREA DE CONHECIMENTO



SERVIDORES DOS CARTÓRIOS



SERVIDORES DA SECRETARIA



Diante dos indicadores de capacitação deste Tribunal nota-se um esforço em propiciar oportunidade de capacitação a todos os servidores, inclusive àqueles lotados nos cartórios eleitorais. Para estes, as ações oferecidas são em geral na modalidade EaD, devido à dificuldade em promover a participação em eventos presenciais, especialmente por causa do custo com diárias.

Conforme pode ser observado no indicador estratégico abaixo, as ações aprovadas no Programa Anual de Capacitação tem sido executadas dentro de um índice razoável, visto que estas ações refletem o direcionamento institucional deste Tribunal, sendo acordado entre as diversas áreas e observado limite orçamentário para o período:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.5.12 - Índice de atingimento do Plano Anual de Capacitação

Objetivo Estratégico	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.				
O que mede	Mede o índice de execução das ações e projetos contidos no Plano Anual de Capacitação do TRE				
Para que medir	Para avaliar a necessidade de capacitação.				
Quem mede	SGP				
Quando medir	Anual (em Janeiro)				
Onde medir	Programa Anual de Capacitação - PAC				
Como medir	Total de itens do PAC executados, dividido pelo total de itens do PAC aprovados, multiplicado por 100.				
Situação inicial	83%				
Meta	Atender 90% dos itens do Plano Anual de Capacitação do TRE-TO, até 2014				
Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
Meta	83%	85%	86%	87%	90%
Atingido	83%	81,48%			



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 6 DA PARTE “A”

6.1. Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

O Tribunal não possui instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2011, bem como não possui instrumentos de transferências que vigorão em 2012.

O único que ocorreu em 2010 foi celebrado com a Polícia Militar para as Eleições daquele ano, e será melhor detalhado na análise crítica abaixo.

Quadro A.6.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					
CNPJ:	05.789.902/0001-72					
UG/GESTÃO:	070027/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	01	-	-	419.394,75	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	01	-	-	-	-

Fonte: Fonte: SIAFI e SICONV

6.2. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contrato de Repasse

Quadro A.6.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					
CNPJ: 05.789.902/0001-72			UG/GESTÃO: 070027/0001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	419.394,75	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.6.3 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					
CNPJ: 05.789.902/0002-72				UG/GESTÃO: 070027/0001	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
Montante repassado (R\$)	-		-		
2010	Quantidade de contas prestadas			01	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		01	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
	Montante repassado		-	-	
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
	Montante repassado		-	-	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado	-	-	

Fonte: SIAFI e SICONV/SIASG

Análise Crítica

Este Regional tem celebrado, nos exercícios em que ocorrem os pleitos eleitorais, convênio com o Governo do Estado do Tocantins, com o objetivo de garantir, por meio da Polícia Militar do Estado do Tocantins, a proteção, armazenagem e guarda das urnas eletrônicas, bem como a segurança no transporte, quando da sua distribuição e recolhimento dos locais de votação, nos períodos pré e pós a data da eleição. Nesse contexto, entre 2009 e 2011, foi firmado convênio para o pleito eleitoral de 2010, no montante de R\$ 419.394,75, cujos recursos foram transferidos e aplicados, em sua totalidade, no exercício de sua assinatura e cuja prestação de contas foi apresentada dentro do prazo de vigência e devidamente aprovada.

A título de informação, destacamos que tem sido firmado Acordos de Cooperação com outros Regionais, cujo objeto é o atendimento aos servidores e dependentes do benefício de assistência à saúde deste Regional quando em tratamento na jurisdição ou sede do TRE com o qual é mantido o referido acordo, utilizando-se de sua rede de profissionais credenciados. Assim sendo, embora esses acordos tenham sido informados no exercício anterior, foram nesta oportunidade suprimidos, em razão da mudança de entendimento quanto à relevância dos mesmos no contexto de instrumentos de transferência para os fins pretendidos pelo presente Relatório de Gestão, uma vez



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

que se caracterizam muito mais por uma parceria do que pela descentralização de uma ação a ser realizada.

Informamos, ainda, que foram suprimidos os quadros intitulados “Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência” e “Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes”, por não haver dados a serem informados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 7 DA PARTE “A”

7.1. Declaração

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA NETO**, CPF nº 305.423.593-91, Chefe da Seção de Contratos do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC, cujos dados são transferidos eletronicamente para o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas, 26 de abril de 2012.

JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA NETO
CPF nº 305.423.593-91
Chefe da Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 8 DA PARTE “A”

8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	12	-	12
	Entregaram a DBR	12	-	12
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	205	-	205
	Entregaram a DBR	205	-	205
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	31	-	31
	Entregaram a DBR	31	-	31
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SEREF

Análise Crítica

Compete à Seção de Registros Funcionais e Informações Processuais (SEREF), por força do art. 37, inciso II, da Resolução TRE-TO nº 116, de 15/02/2007, a responsabilidade pela recepção da Declaração de Bens e Rendas (DBR) dos servidores deste Tribunal.

Todos os servidores desta UG cumpriram a obrigação contida no art. 1º da Lei nº 8.730/93, tendo em vista que, dentre os documentos exigidos no ato da posse e exercício do cargo ou função pública, está incluída a DBR.

Anualmente, todos os servidores deste Tribunal devem apresentar a DBR do exercício anterior até 15 (quinze) dias após o prazo final estipulado pela Receita Federal para entrega da Declaração de Ajuste Anual.

Para os servidores a entrega é feita via sistema “SGP na Web”. Entretanto, os Membros da Corte fazem a entrega da DBR, por meio impresso. Os documentos são imediatamente arquivados na respectiva pasta funcional, cujo acesso somente é permitido aos servidores lotados na SEREF.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 9 DA PARTE “A”

9.1. Estruturas de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais: Avaliação realizada pelo Diretor-Geral juntamente com os Secretários de cada unidade (SGP, SADOR, SJI e STI).					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 10 DA PARTE “A”

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		x			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Foram adquiridas lâmpadas mais econômicas, entretanto ainda não é possível mensurar o impacto sobre o consumo de energia.				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Foram adquiridos papeis reciclados.		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Não foram adquiridos veículos no ano 2011.			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		x			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Em junho de 2011 foi lançado o Programa Agenda Socioambiental do TRE-TO. Dentro do programa foi feita a Campanha de Uso Racional de Energia Elétrica em que foram colados adesivos em todos os monitores e interruptores do órgão para lembrar os servidores de desligá-los ao sair. Além disso foram realizadas 2 palestras para sensibilização dos servidores.					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					x



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Como dito no item 12, o TRE-TO possui um programa socioambiental que tem como objetivo geral “Sensibilizar os servidores e colaboradores deste Tribunal para questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios socioambientais em todas as suas atividades administrativas”. Assim foram realizadas várias campanhas de conscientização como a Campanha “Adote uma Caneca”: campanha do uso racional de copos descartáveis, Campanha do uso racional do papel, Campanha do uso racional de energia elétrica, dentre outras.				
Considerações Gerais: Em junho de 2011 foi lançado o Programa Agenda Socioambiental do TRE-TO que trabalha com 5 temas: - Combate ao Desperdício e Racionalização dos Recursos Naturais - Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos - Comunicação - Licitações Sustentáveis - Educação e Conscientização Ambiental O programa tem atividades definidas para até 2014. Uma das metas para 2012 é criar um Manual de Licitações Sustentáveis. Informação obtida após análise com o pessoal da Seção de Licitação, Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado e Assessoria da Secretaria de Administração e Orçamento.				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 11 DA PARTE “A”

11.1. Gestão de Bens Imóveis de uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	TO	9	6
	Alvorada	1	1
	Araguaçu	1	0
	Araguaína	1	1
	Colméia	1	1
	Formoso do Araguaia	1	1
	Goiatins	1	0
	Palmas	2	2
	Tocantinópolis	1	0
Subtotal Brasil		9	6
EXTERIOR	Não se aplica	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	6

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	TO	16	17
	Araguaçu	1	1
	Araguaína ¹	1	0
	Araguatins	1	1
	Augustinópolis	1	1
	Colméia	1	1
	Cristalândia	1	1
	Dianópolis	1	1
	Guaraí	1	1
	Miracema	1	1
	Miranorte	1	1
	Novo Acordo ²	0	1
	Palmas	2	2
	Peixe	1	1
	Ponte Alta	1	1
	Taguatinga ²	0	1
	Tocantinópolis	1	1
	Xambioá	1	1
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	Não se aplica	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		16	17

Fonte: Seção de Contratos

Obs.:

1. Foi necessário locar outro prédio para abrigar o Cartório Eleitoral de Araguaína, pois o imóvel de propriedade da União passou por reforma.

2. Os contratos de locação das sedes das Zonas Eleitorais de Novo Acordo e Taguatinga foram rescindidos em 21/09/2011 e 27/11/2011, respectivamente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
70027	9213.00004.500-8	17	1	7.162,95	29/09/2003	248.162,95	89.640,00	-
70027	9239.00002.500-0	13	-	36.000,00	31/05/2010	36.000,00	-	-
70027	9241.00042.500-0	17	2	1.718.178,29	23/09/2005	1.718.178,29	265.978,10	-
70027	9365.00006.500-8	13	4	71.687,00	04/12/2005	71.687,00	-	-
70027	9529.00006.500-4	13	-	38.610,00	12/04/2010	38.610,00	-	-
70027	9533.00008.500-3	13	-	12.600,00	10/05/2010	12.600,00	-	-
70027	9621.00025.500-9	13	-	34.200,00	07/12/2010	34.200,00	-	-
70027	9733.00017.500-5	13	1	91.188,00	25/10/2005	6.071.746,08	173.998,59	42.165,50
70027	9733.00022.500-2	13	-	100.000,00	29/09/2005	100.000,00	-	-
Total							529.616,69	42.165,50

Fonte: SPIUNET e SIAFI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro A.11.4 – Bens Imóveis de propriedade da União, pendentes de regularização.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO
		EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TO	20
	Araguacema	1
	Arapoema	1
	Arraias	1
	Colméia (falta regularizar a construção)	1
	Colinas	1
	Filadélfia	1
	Goiatins (falta regularizar a construção)	1
	Gurupi	1
	Itacajá	1
	Itaguatins	1
	Natividade	1
	Novo Acordo	1
	Paraíso	1
	Paranã	1
	Pedro Afonso	1
	Peixe	1
	Porto Nacional	1
	Taguatinga	1
	Tocantinópolis (falta regularizar a construção)	1
	Wanderlândia	1
Total (Brasil)		20

Fonte: SPIUNET e SADOR

Análise Crítica

No que tange ao Quadro A.11.3, não foram inseridos os estados de conservação dos imóveis relativos aos RIP's 9239.00002.500-0, 9529.00006.500-4, 9533.00008.500-3, 9621.00025.500-9 e 9733.00022.500-2, pois se referem a terrenos.

Em razão da grande quantidade de imóveis pendentes de regularização pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), foi necessário inserir o Quadro A.11.4.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 12 DA PARTE “A”

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	20 Servidores				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	20%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: A metodologia utilizada foi consulta aos gestores da área de TI (Secretário e Coordenadores).					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 13 DA PARTE “A”

13.1. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Justiça Eleitoral não utiliza cartões de pagamento do Governo Federal, por força da Resolução TSE nº 22.588/2007.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 14 DA PARTE “A”

14.1. Renúncia Tributária

O item 14 da Parte “A” trata da renúncia a tributos, contrapartidas, beneficiários e demais informações correlatas, não sendo, pois, aplicável a este Regional.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 15 DA PARTE “A”

15.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 5.581/05	2228/05	11.1	Notificação	Of. 450/05 SECEX TO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinação: 11.1 - ao Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins (TRE/TO) que adote, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, as medidas pertinentes no sentido de cobrar dos servidores favorecidos pela Portaria TRE/TO nº 188, de 22.10.2002, os valores por eles recebidos a maior no período de 17.10.2002 a 30.06.2003, haja vista que a Portaria em questão foi tornada nula pela Justiça Federal de 1ª Instância, quando do julgamento da Ação Cível Pública nº 2002.43.00.002208-9.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
TRE-TO/Secretaria de Gestão de Pessoas/COPEs					Não se aplica
Síntese da providência adotada:					
Cumprido parcialmente: A determinação foi cumprida com relação aos ex- servidores do TRE/TO: <i>Neila Márcia de Moura Chagas Simeão</i> (Procuradora Federal) e <i>Remo Alcântara Santos</i> (demitido). Notificados, restaram frustradas as diligências administrativas adotadas por este Regional no sentido de restituir o montante devido ao erário. Os débitos apurados em nome de Remo Alcântara e Neila Márcia de Moura Chagas Simeão, foram inscrito em dívida ativa da União, sob o nº 14611000166-55 e 106110004588-80, respectivamente. A ex-servidora Neila Márcia de Moura Chagas Simeão, solicitou Revisão do Débito inscrito (objeto do PA nº 17891.000050/2011-63-PFN) conforme PA nº 10166.004129/2011-19-PFN, pendente de apreciação pela PFN. Quanto aos demais servidores, a determinação-TCU não foi cumprida por força das decisões exaradas nos autos das Ações ordinária nº 2008.43.00.005461-8 e 2009.43.00.001401-1, impetradas junto à Justiça Federal do Tocantins.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise prejudicada em face do efeito suspensivo atribuído aos Embargos de Declaração.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face do efeito suspensivo do referido recurso.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	010.694/2008-9 (6202/2003-8)	1975/2008-TCU- Plenário	1	Comunicação	Ofício 1057/2008-TCU-SECEX- TO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinação: 1.1 - determinar aos responsáveis pelo Controle Interno junto ao TRE/TO, que se manifestem, por ocasião da apresentação das contas anuais, acerca do andamento da Ação Ordinária 2007.43.00.002591-8 (2ª Vara-JF/TO), até o seu trânsito em julgado, bem como acerca das providências porventura adotadas pela Administração do TRE/TO para promover a reposição ao erário dos valores indevidamente pagos, no período de 21/05/1999 a 31/01/2006, a título de VPNI/GEL, aos servidores Amarildo Oliveira Costa, Heitor Kruehl Fogliatto e José Machado dos Santos.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
TRE-TO/Secretaria de Gestão de Pessoas/COPES					Não se aplica
Síntese da providência adotada:					
Cumprido parcialmente: Informado o andamento da Ação Ordinária 2007.43.00.002591-8 , na apresentação das contas anuais. Quanto as devoluções relativa ao período de 21/05/1999 a 31/01/2006, a título de VPNI/GEL, não ocorreram em razão das decisões (favoráveis aos servidores) exaradas nos autos das Ações ordinária nº: 2007.43.00.002951-8, 2008.43.00.006616-7 e 2008.43.00.006776-5, impetradas junto à Justiça Federal do Tocantins. Ressalte-se que foram encaminhadas ao TCU, por meio do ofício nº 205/2008/PRES, datado de 04/07/2008, todas as informações a cerca das providências administrativas adotadas neste Regional. Interposto Recurso de Apelação (União), pendente de apreciação de mérito pelo TRF 1ª Região.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise prejudicada em face do efeito suspensivo atribuído aos Embargos de Declaração.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face do efeito suspensivo do referido recurso.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do Exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 5.581/05	2228/05	11.1	Notificação	Of. 450/05 SECEX TO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinação: 11.1 - ao Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins-TRE/TO que adote, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, as medidas pertinentes no sentido de cobrar dos servidores favorecidos pela Portaria TRE/TO nº 188, de 22.10.2002, os valores por eles recebidos a maior no período de 17.10.2002 a 30.06.2003, haja vista que a Portaria em questão foi tornada nula pela Justiça Federal de 1ª Instância, quando do julgamento da Ação Cível Pública nº 2002.43.00.002208-9.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
TRE-TO/Secretaria de Gestão de Pessoas/COPEs					Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A determinação não foi cumprida por força das decisões exaradas nos autos das Ações ordinária nº: 2008.43.00.005461-8 e 2009.43.00.001401-1, impetradas junto à Justiça Federal do Tocantins. Interposto recurso de Apelação (União), pendente de apreciação pelo TRF 1ª Região. Ressalte-se que não estão acobertados pelos efeitos das decisões judiciais exaradas nos autos das Ações Ordinária supra, a ex-servidora do TRE/TO, <i>Neila Márcia de Moura Chagas Simeão</i> (Procuradora Federal) e o ex-servidor do TRE/TO, <i>Remo Alcântara Santos</i> (demitido). Restaram frustradas as diligências administrativas adotadas por este Regional no sentido de restituir o montante devido ao erário. O débito apurado em nome de Remo Alcântara e Neila Márcia de Moura Chagas Simeão, foram inscritos em dívida ativa da união, sob nºs 14611000166-55 e 106110004588-80 respectivamente. A ex-servidora Neila Márcia de Moura Chagas Simeão, solicitou Revisão do Débito inscrito (objeto do PA nº 17891.000050/2011-63-PFN) conforme PA nº 10166.004129/2011-19-PFN, pendente de apreciação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face ao recurso interposto.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 16049/2008	3145/2008	9.3	Comunicação	Of. TCU-SEFIP 2388/08
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinação: 9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Peron Francisco Pereira e recusar registro ao ato de nº 2-080581-0-04-1998- 000001-8; 9.2. dispensar a reposição das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 da Jurisprudência do TCU; 9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral no Tocantins - TRE/TO: 9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, <i>caput</i>, do Regimento Interno deste Tribunal, que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.3.2. que comunique ao interessado constante do item 3 supra a respeito deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste acórdão, caso os recursos não sejam providos;					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
TRE-TO/Secretaria de Gestão de Pessoas/COPES					Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A determinação (9.3.1) não foi cumprida por força das decisões exaradas nos autos da Ação ordinária nº 2008.43.00.006474-2 (Justiça Federal do Tocantins), nos seguintes termos: Antecipação de Tutela (12/11/2008) –<i>Decisão “Defiro a antecipação de tutela requerida na inicial de fls. 03/15, para suspender os efeitos do Acórdão nº 3.145/2008-TCU-1ª Câmara”</i> Decisão de mérito(23/03/2009) – “ ... <i>PROCEDENTE o pedido formulado na inicial de fls. 03/15, para declarar a legalidade do ato de aposentadoria voluntária de PERON FRANCISCO PEREIRA, expedido pelo Tribunal Regional do Estado do Tocantins, no tocante ao cômputo do tempo de serviço de 7 (sete) anos como aluno-aprendiz, co Colégio Agrícola de Brasília e da Escola Técnica Federal de Cuiabá/MT, nos períodos de 01/02/61 a 30/01/1966 e de 21/01/1966 a 07/12/1968, respectivamente. De consequência, Declaro nulo, por ilegalidade, o Acórdão nº 3.145/2008 – TCU – 1ª Câmara, que negou registro a aposentadoria voluntária do autor...</i>” Interposto Recurso de Apelação (União), pendente de apreciação de mérito/TRF 1ª Região.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face do recurso interposto.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	010.694/2008-9 (6202/2003-8)	1975/2008-TCU-Plenário	1	Comunicação	Ofício 1057/2008-TCU-SECEX-TO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinação: 1.1 determinar aos responsáveis pelo Controle Interno junto ao TRE/TO, que se manifestem, por ocasião da apresentação das contas anuais, acerca do andamento da Ação Ordinária 2007.43.00.002591-8 (2ª Vara-JF/TO), até o seu trânsito em julgado, bem como acerca das providências porventura adotadas pela Administração do TRE/TO para promover a reposição ao erário dos valores indevidamente pagos, no período de 21/05/1999 a 31/01/2006, a título de VPNI/GEL, aos servidores Amarildo Oliveira Costa, Heitor Kruehl Fogliatto e José Machado dos Santos.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
TRE-TO/Secretaria de Gestão de Pessoas/COPES					Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Cumprido parcialmente: informado o andamento da Ação Ordinária 2007.43.00.002591-8, na apresentação das contas anuais). Quanto as devoluções relativa ao período de 21/05/1999 a 31/01/2006, a título de VPNI/GEL, não ocorreram em razão das decisões (favoráveis aos servidores) exaradas nos autos das Ações ordinária nºs: 2007.43.00.002951-8, 2008.43.00.006616-7, 2008.43.00.006776-5, impetradas junto à Justiça Federal do Tocantins. Interposto Recurso de Apelação (União), pendente de apreciação de mérito/TRF 1ª Região. Ressalte-se que foram encaminhadas ao TCU por meio do ofício nº 205/2008/PRES, datado de 04/07/2008, todas as informações a cerca das providências administrativas adotadas neste Regional.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face do recurso interposto.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	014.770/2009-6	199/2011	9	Comunicação	Ofício nº 135/2011-TCU/SECEX-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinação: 9.1.determinar aos Tribunais Eleitorais do Acre, ..., e Tocantins que: 9.1.1. encaminhem a este TCU, no prazo máximo de 60(sessenta) dias, plano de ação que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores cujas requisições contrariem os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei nº 6.999/1982, bem como a adequação do percentual de serventuários requisitados ou cedidos de outros órgãos às disposições do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 88/2009; 9.1.2. façam constar dos processos de requisição de pessoal justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo cartório eleitoral, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral, assim como o período necessário para realizar a atividade, caso ainda não o façam; 9.1.3. adotem medidas no sentido de que as requisições de servidores para atuarem nos cartórios eleitorais e nas secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais sejam feitas em caráter temporário, com prazo previamente determinado e sem identificação nominal do servidor, em observância aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, deixando a cargo do órgão ou entidade cedente a escolha, entre aqueles que atendam os requisitos para o desempenho das atividades pretendidas pelo requisitante, do servidor a ser cedido à Justiça Eleitoral; 9.1.4. abstenham-se de designar servidores requisitados para ocupar a função de chefe de cartório eleitoral, seja na condição de efetivo ou substituto; 9.1.5. somente requisitem ou prorroguem a requisição de pessoas com vínculo efetivo com a administração pública, caso ainda não o façam; 9.2. determinar às Secretarias de Controle Interno do TSE e dos TRE's que façam constar do próximo relatório das constas anuais informações sobre o cumprimento das determinações resultantes deste relatório.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
TRE-TO/Secretaria de Gestão de Pessoas/COPEs					Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:					
As determinações não foram cumpridas em face do Pedido de Reexame impetrado em 13/04/2011, recebido com efeito suspensivo, encontrando-se pendente de apreciação de mérito pelo colegiado desse Tribunal.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face do efeito suspensivo atribuído ao Pedido de Reexame.					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	001877/2007-1	1433/2008	9.3	Comunicação	Of. 2166/08 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinação: 9.3. determinar ao TRE/TO que: 9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da pensão a que se refere o subitem 9.1 supra, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU; 9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Murilo Moromizato e à Sra. Gláucia Moromizato, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não-provimento, não exime o menor da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação;					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
TRE-TO/Secretaria de Gestão de Pessoas/COPEs					Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Não cumprido em razão dos recursos: Pedido de Reexame e Embargos de Declaração recebidos com efeito suspensivo. Os Embargos de Declaração encontram-se pendente de apreciação de mérito pelo Colegiado desse colendo Tribunal, conforme Certidão – TCU nº 124/09 – SERUR (18/06/09). Ressalte-se que o pagamento da pensão foi cessado em 27/08/2010 em face da maioria do Sr. Murilo Moromizato (21 anos de idade), com perda do direito ao benefício conforme dispõe o art. 217, inciso II, “b”, da Lei nº 8.112/90, nos termos da decisão proferida nos autos administrativos nº 12.026/10-TRE/TO.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face do efeito suspensivo atribuído ao Pedido de Reexame.					

15.3. Recomendações do OCI atendidas no Exercício

Este Regional não possui Órgão de Controle Interno (OCI) que o fiscaliza, mas apenas Unidade de Controle Interno, no caso, a Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria (CCIA), vinculado à Presidência da Corte, sendo que suas recomendações e demais informações serão apresentadas abaixo, no Item 16 da Parte “A”.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ITEM 16 DA PARTE “A”

16.1. Recomendações da unidade de Controle Interno atendidas no Exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (1 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2009
Data do Relatório de Auditoria	23/10/2009
Item do Relatório de Auditoria	7.1
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 10580/2009 (Data do protocolo: 27/10/2009)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Efetuar levantamento dos valores mencionados no item 5.1.1, pagos indevidamente a título de Diferença Individual, aos servidores <i>Ana Maria Farinha</i> , <i>Adielson Lima Gonçalves</i> e <i>Lélio Maciel Araújo</i> , bem como dos valores que tiveram como base de cálculo tal diferença, para fins de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46, da Lei nº 8.112/90;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
Cumprido parcialmente. Os pagamentos a título de “Diferença Individual” realizados aos servidores Adielson Lima Gonçalves e Lélio Maciel Araújo foram suspensos a partir de setembro/2009. Em relação à servidora Ana Maria Farinha em outubro/2009. O levantamento dos valores pagos indevidamente foi efetuado. Os servidores foram notificados para ressarcir os valores indevidamente recebidos. Os servidores Adielson Lima Gonçalves e a servidora Ana Maria Farinha apresentaram recursos administrativos ao Diretor-Geral aos quais se negou provimento. A seguir, apresentaram recurso ao Presidente deste Tribunal. Nesse ínterim, o servidor Lélio Maciel Araújo autorizou compensação com créditos constantes em Banco de Horas. Após compensação de valores verificou-se a insuficiência de créditos para quitação total do débito. Situação atual: Processo na Secretaria de Gestão de Pessoas para notificar o servidor Lélio Maciel Araújo (a fim de providenciar o ressarcimento imediato ao erário dos valores faltantes, sob pena de inscrição na dívida ativa), bem como para ser enviado ao Presidente para análise dos recursos impetrados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recursos administrativos apresentados pelos servidores Adielson Lima Gonçalves e Ana Maria Farinha ainda não analisados pela autoridade (Presidente) Compensação parcial do débito pelo servidor Lélio Maciel Araújo	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Trâmite regular do processo prejudicado pela impetração de recursos administrativos.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (2 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2009
Data do Relatório de Auditoria	23/10/2009
Item do Relatório de Auditoria	7.4
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 10580/2009 (Data do protocolo: 27/10/2009)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Implementar sistema de controle de frequência eficaz, que espelhe a jornada de trabalho efetivamente cumprida pelo servidor, evitando que seja mero instrumento formal de controle de ponto, conforme demonstrado no item 5.3
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	
Síntese das providências adotadas	
Implantado controle de frequência mediante sistema informatizado de ponto eletrônico, por meio da Portaria TRE-TO nº 494/2011, de 12/12/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Controle de frequência que reflete a jornada efetivamente cumprida pelo servidor.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A demora no cumprimento da recomendação se deu, mormente, em razão dos trabalhos para integração do Registro de Frequência na Intranet e o Módulo de Frequência Nacional do SGRH, disponibilizado pelo TSE.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (3 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.1
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Divulgar a necessidade e obrigatoriedade de comprovar o deslocamento que motivou a concessão de diárias, propagando os meios admitidos pela norma para confirmar o afastamento (cartão de embarque, certidão, ata, declaração, lista de presença, relatório de atividades circunstanciado) a fim de evitar as inconformidades descritas nos subitens 5.1.3, 5.1.13 e 5.2.3 e possibilitar a adequação dos procedimentos à preleção exposta nos subitens 5.3.1 a 5.3.5;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria-Geral e Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	
Síntese das providências adotadas	
Encaminhado o Memorando Circular nº 11/2011 – SGP às unidades da Secretaria deste Tribunal e Ofício-Circular nº 01/2011 a todas as Zonas Eleitorais, divulgando as recomendações constantes no Relatório nº 02/2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Implantação do Sistema Informatizado de Diárias, por meio da IN TRE-TO nº 01, de 29 de março de 2011. Tal sistema dispara emails aos beneficiários que realizaram deslocamento a fim de realizarem a devida comprovação.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (4 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.2
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Cobrar justificativas robustas nas solicitações de diárias após deslocamento, de modo a evitar a ressalva do subitem 5.1.4;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretarias do Tribunal e Zonas Eleitorais	
Síntese das providências adotadas	
Encaminhado o Memorando Circular nº 11/2011 – SGP às unidades da Secretaria deste Tribunal e Ofício-Circular nº 01/2011 a todas as Zonas Eleitorais, divulgando as recomendações constantes no Relatório nº 02/2010	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: O Sistema Informatizado de Diárias, estabelecido pela Instrução Normativa TRE-TO nº 01, de 29 de março de 2011, possui campo obrigatório “justificativa” a ser preenchido nas solicitações de diárias intempestivas.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (5 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.3
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Adotar mecanismos para aceleração do trâmite dos processos de concessão de diárias, de modo a reduzir as ocorrências de pagamentos após o deslocamento, conforme relatado nos subitens 5.1.5;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	
Síntese das providências adotadas	
Com a implantação do Sistema Informatizado de Diárias, por meio da Instrução Normativa TRE-TO nº 01, de 29 de março de 2011, o trâmite do processo de diárias tornou-se mais ágil, atendendo assim a recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: O Sistema Informatizado de Diárias, implementado por meio da Instrução Normativa TRE-TO nº 01, de 29 de março de 2011, tornou o trâmite do processo de diárias mais eficiente.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (6 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.4
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Exigir que a solicitação de diárias seja acompanhada de justificativa expressa para deslocamento que inclua sábado, domingo ou feriado, evitando as inconsistências referidas no subitem 5.1.6;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretarias do Tribunal e Zonas Eleitorais	
Síntese das providências adotadas	
Com a implantação do Sistema Informatizado de Diárias, por meio da IN nº 01/2011, foi criado campo obrigatório para justificar expressamente a inclusão de sábados, domingos e feriados, atendendo assim a recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Implantação do Sistema Informatizado de Diárias, por meio da IN nº 01/2011, com campo obrigatório para justificar expressamente a inclusão de sábados, domingos e feriados.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (7 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.5
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Exigir do órgão solicitante o custeio das despesas de diárias e passagens aéreas quando o deslocamento de servidores deste Tribunal for do interesse de outros tribunais, tal qual ocorreu no deslocamento de servidores para o TRE/AM. Consulte item 5.1.7. Tal exigência poderá ser mitigada quando o deslocamento de servidores também for do interesse desta Corte.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria-Geral	
Síntese das providências adotadas	
Encaminhado aos Secretários o Memorando Circular nº 11/2011 – SGP (fl. 14-15), que trata de orientações sobre as recomendações da auditoria, no que lhes são aplicáveis. O Diretor-geral sugere o acolhimento desta recomendação, entretanto, justifica que no presente caso havia interesse na divulgação da tecnologia utilizada por este Tribunal para toda a Justiça Eleitoral, tanto que se expandiu para a quase totalidade dos Regionais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação acolhida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: O evento ocorrido e constatado no Relatório de Auditoria tratava-se de deslocamento de servidores desta Corte para outro Tribunal, no interesse de ambos os tribunais.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (8 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.6
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Observar a compatibilidade entre o motivo da viagem e as atribuições do cargo do beneficiário, atendendo assim o que preceitua a Resolução nº 73 CNJ e Resolução TSE nº 23323/2010, evitando a inconsistência referida nos subitem 5.1.8.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria-Geral	
Síntese das providências adotadas	
Encaminhado aos Secretários o Memorando Circular nº 11/2011 – SGP (fl. 14-15), que trata de orientações sobre as recomendações da auditoria, no que lhes são aplicáveis;	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação acolhida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Com a implantação do Sistema Informatizado de Diárias no âmbito deste Tribunal, a partir da edição da IN TRE-TO nº 1, de 29/3/2011, cada unidade, por meio do proponente, tornou-se responsável pelos procedimentos de diárias dos servidores lotados no setor, o que facilitou a observância da verificação da regularidade do processamento das diárias.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (9 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.7
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Fazer acompanhar de justificativa expressa, a solicitação do deslocamento de carro oficial em apoio a quem esteja se deslocando por outros meios de transportes, para se desviar da observação apontada no subitem 5.1.9.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria-Geral	
Síntese das providências adotadas	
Encaminhado aos Secretários o Memorando Circular nº 11/2011 – SGP (fl. 14-15), que trata de orientações sobre as recomendações da auditoria, no que lhes são aplicáveis;	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação acolhida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Com a implantação do Sistema Informatizado de Diárias no âmbito deste Tribunal, a partir da edição da IN TRE-TO nº 1, de 29/3/2011, cada unidade, por meio do proponente, tornou-se responsável pelos procedimentos de diárias dos servidores lotados no setor, o que facilitou a observância da verificação da regularidade do processamento das diárias.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (10 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.8
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Contingenciar o número de deslocamentos para solenidades de Inaugurações, de modo que se diminua o quantitativo de servidores deslocados, preservando assim a legalidade, economicidade e legitimidade dos dispêndios com tais eventos, atentando às orientações dos Acórdãos do TCU mencionados, conforme discorrido no subitem 5.1.11;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria-Geral	
Síntese das providências adotadas	
Em respeito à legitimidade dos gastos públicos, a Administração adotou a postura de permitir que se desloquem apenas os servidores responsáveis pela realização do evento, bem como aqueles envolvidos diretamente com a execução da Obra, além dos Juízes Membros da Corte. Além disso, em obediência ao princípio da economicidade, e visando a celeridade na entrega dos novos prédios, foi Editada Portaria nº 324, de 15 de agosto de 2011, da Presidência, que revogou a Portaria nº 074/2009, pondo fim a exigência de vistoria prévia pela Corregedoria Regional Eleitoral.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação acolhida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Comprometimento do gestor visando a aplicação do princípio da economicidade.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (11 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.9
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Inserir no formulário de solicitação de diárias a informação sobre recebimento de auxílio transporte (observação relatada no subitem 5.1.12) e outras informações que sejam necessárias para adequação às disposições da nova norma que dispõe sobre a concessão de diárias, no âmbito da justiça eleitoral, Resolução TSE nº 23323, publicada em 8/9/2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	
Síntese das providências adotadas	
Com a implantação do Sistema Informatizado de Diárias no âmbito deste Tribunal, a partir da edição da IN TRE-TO nº 1, de 29/3/2011, foi criado o campo específico para inserir a informação recomendada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Com a implantação do Sistema Informatizado de Diárias, IN TRE-TO nº 1, de 29/3/2011, foi criado o campo específico para inserir a informação recomendada.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (12 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.10
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Orientar os beneficiários de diárias a devolverem os recursos recebidos indevidamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis após retorno da viagem, evitando ressalva do subitem 5.1.14 sob pena de desconto em folha de pagamento do respectivo mês ou, não sendo possível, no mês imediatamente subsequente, consoante prescreve art. 27 § 4º da Resolução TSE nº 23323/2010;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretarias do Tribunal e Zonas Eleitorais	
Síntese das providências adotadas	
Encaminhado aos Secretários o Memorando Circular nº 11/2011 – SGP (fl. 14-15), que trata de orientações sobre as recomendações da auditoria, no que lhes são aplicáveis;	
Encaminhado aos Chefes de Cartório o Ofício-Circular nº 01/2011 – SGP (fl. 16-17), que trata de orientações sobre as recomendações da auditoria, no que lhes são aplicáveis;	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação parcialmente cumprida. A Administração efetuou a orientação recomendada, entretanto, as unidades estão se adequando quanto à implantação de mecanismos de controle para cumprimento das devoluções dos valores no prazo previsto na norma. Vale ressaltar que o desconto em folha de pagamento ainda não foi utilizado nos procedimentos relativos a diárias, realizando-se apenas a devolução dos valores recebidos em excesso por meio de GRU.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Com a implantação do Sistema Informatizado de Diárias no âmbito deste Tribunal, a partir da edição da IN TRE-TO nº 1, de 29/3/2011, cada unidade, por meio do proponente, tornou-se responsável pelos procedimentos de diárias dos servidores lotados no setor, o que facilitou a observância da verificação da regularidade do processamento das diárias.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (13 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.11
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Agilizar as atividades para a implementação do sistema informatizado de concessão de diárias previsto na IN nº 05/2009, consoante lembrado no subitem 5.1.15
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	
Síntese das providências adotadas	
Implementado o sistema informatizado de emissão de diárias, por meio da IN TRE-TO nº 01, de 29 de março de 2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator prejudicial: O software Diárias, sistema informatizado para emissão e controle de solicitação de Diárias do TRE-TO, originalmente foi desenvolvido pelo TRE-PB. Após adquiri-lo, foi feito um estudo de todos os recursos existente naquela versão e uma análise preliminar das melhorias (informações levantadas juntos aos setores envolvidos) que deveriam ser implementadas para adequá-lo à realidade do TRE-TO.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (14 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.12
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Fazer constar no ato de publicações das diárias a autorização de pagamento pelo ordenador de despesas, para evitar inconformidade apontada no subitem 5.1.16
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Tecnologia da Informação	
Síntese das providências adotadas	
Implementado com o sistema informatizado de diárias, conforme previsto no art. 12 da IN nº 01/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: O Sistema Informatizado de Diárias possui campo específico para atender o que dispõe o artigo 12 da IN TRE-TO nº 01/2011 que prevê entre os dados necessários a constarem no ato concessivo de diárias, objeto de publicação, a autorização de pagamento pelo ordenador de despesa.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (15 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.13
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Designar, formalmente, responsáveis pela juntada e conferência dos relatórios de viagens, em cada secretaria, de modo que seja confirmado se as diárias solicitadas e pagas correspondem ao período do deslocamento e ao trabalho realizado mencionado no relatório de atividades, com a devida manifestação da chefia imediata (consoante previsto na Resolução nº 23323/2010), para evitar a impropriedade apontada nos subitens 5.2.2 e 5.2.4;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria-Geral	
Síntese das providências adotadas	
Implementada a recomendação com o sistema informatizado de emissão de diárias, conforme previsto no parágrafo único do art. 8º da IN TRE-TO nº 01/2011 (proponente).	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação acolhida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: A IN nº 1/2011 TRE-TO estabelece no parágrafo único do art. 8º que caberá ao proponente verificar a regularidade do processamento das diárias, observando, em especial, a devolução dos valores recebidos indevidamente e a necessária juntada do comprovante de viagens e/ou relatório de atividades.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (16 de 16)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.14
Comunicação Expedida/Data	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Revisar as normas internas que tratam de concessão de diárias e passagens e expedir ato regulamentador, no âmbito deste Tribunal, tendo em vista que a nova Resolução sobre concessão de diárias (Resolução TSE nº 23.323, de 19/8/2010, publicada em 8/9/2010) carece ser disciplinada em alguns pontos, mormente, em relação aos critérios para caracterizar acompanhamento a membro, mencionado no art. 12 e à determinação do conceito “equipe de trabalho”, introduzido pelo art. 13. Merece ainda ser ressaltada a necessidade de serem definidas as formas de comprovação de deslocamento, consoante estabelece o art. 26 § 2º III e prescrição de procedimentos para possibilitar o desconto em folha de pagamento, no caso das diárias recebidas e não utilizadas, conforme prevê o art. 27 § 4º.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria-Geral	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação atendida com a edição da IN TRE-TO nº 01/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida pela Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fator positivo: Edição da IN TRE-TO nº 01/2011 que dispõe sobre a concessão de diárias por meio de sistema informatizado, no âmbito do TRE-TO.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

16.2. Recomendações da unidade de Controle Interno pendentes de atendimento

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (1 de 6)	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2009
Data do Relatório de Auditoria	23/10/2009
Item do Relatório de Auditoria	7.1
Comunicação Expedida	Processo nº 10580/2009 (Data do protocolo: 27/10/2009)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Efetuar levantamento dos valores mencionados no item 5.1.1, pagos indevidamente a título de Diferença Individual, aos servidores <i>Ana Maria Farinha</i> , <i>Adielson Lima Gonçalves</i> e <i>Lélio Maciel Araújo</i> , bem como dos valores que tiveram como base de cálculo tal diferença, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46, da Lei nº 8.112/90;
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Gestão de Pessoas	
Justificativas para o não atendimento	
Trâmite regular do processo prejudicado pela impetração de recursos administrativos. Os servidores Adielson Lima Gonçalves e a servidora Ana Maria Farinha apresentaram recursos administrativos ao Diretor-Geral aos quais se negou provimento. A seguir, apresentaram recurso ao Presidente deste Tribunal. Nesse ínterim, o servidor Lélio Maciel Araújo autorizou compensação com créditos constantes em Banco de Horas. Após compensação de valores verificou-se a insuficiência de créditos para quitação total do débito. Situação atual: Processo na Secretária de Gestão de Pessoas para notificar o servidor Lélio Maciel Araújo (a fim de providenciar o ressarcimento imediato ao erário dos valores faltantes, sob pena de inscrição na dívida ativa), bem como para ser enviado ao Presidente para análise dos recursos impetrados.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (2 de 6)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2010
Data do Relatório de Auditoria	18/10/2010
Item do Relatório de Auditoria	6.10
Comunicação Expedida	Processo nº 19824/2010 (Data do protocolo: 19/10/2010)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria-Geral
Descrição da Recomendação	Orientar os beneficiários de diárias a devolverem os recursos recebidos indevidamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis após retorno da viagem, evitando ressalva do subitem 5.1.14 sob pena de desconto em folha de pagamento do respectivo mês ou, não sendo possível, no mês imediatamente subsequente, consoante prescreve art. 27 § 4º da Resolução TSE nº 23323/2010;
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretarias do Tribunal e Zonas Eleitorais	
Justificativas para o não atendimento	
Recomendação parcialmente cumprida. A Administração efetuou a orientação recomendada, entretanto, as unidades estão se adequando quanto à implantação de mecanismos de controle eficaz para cumprimento das devoluções dos valores no prazo previsto na norma (5 dias).	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (3 de 6)	
Identificação do Relatório de Auditoria	01/2011
Data do Relatório de Auditoria	20/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	8.1 a 8.4
Comunicação Expedida	Relatório de Auditoria 01/2011 – PAE 1462/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	8.1 – Assessoria Jurídica da Diretoria Geral 8.2 a 8.4 – Coordenadoria de Assistência Médica e Social
Descrição da Recomendação	8.1 - Tendo em vista que alguns credenciados utilizam uma tabela de valores inferior à tabela CBHPM utilizada como parâmetro de preços (prevista nos Termos de Credenciamento como base para o pagamento), que seja realizado estudo pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, acerca da viabilidade de se manter tal metodologia sem eventuais riscos posteriores de que seja este Regional acionado judicialmente para pagar tal diferença. 8.2 - Que seja rigorosamente observado, quando do retorno das guias médico/odontológicas dos credenciados, se há a assinatura do paciente usuário do serviço, como forma de evitar o pagamento indevido ou duplicidade de despesas. 8.3 - Nas prestações de contas das descentralizações de créditos concedidas, que seja atentado para a questão de que os documentos fiscais que compõem tal procedimento estejam legíveis e detalhados o suficiente para caracterização/compreensão do gasto realizado. 8.4 - Que faça parte da documentação que compõe a prestação de contas das descentralizações de créditos concedidas cópias das guias médico/odontológicas utilizadas, bem como todo e qualquer documento necessário para que este Regional possa aferir se o valor pago no procedimento está de acordo com o parâmetro utilizado (Tabela CBHPM por exemplo), se a guia está assinada pelo usuário, e ainda, o valor descentralizado, o utilizado, o saldo disponível no final de cada exercício e finalmente se houve a devolução de eventuais saldos de tais recursos a esta Corte.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
8.1 – ASJUR - Assessoria Jurídica da Diretoria Geral 8.2 a 8.4 – COMED - Coordenadoria de Assistência Médica e Social	
Justificativas para o não atendimento	
O Relatório de Auditoria nº 01/2011 foi concluído em 20/10/2011, portanto, em razão do exíguo prazo não houve possibilidade de atendimento das recomendações no exercício 2011. Informamos, entretanto, que já em 2012 estão sendo tomadas as medidas necessárias ao atendimento das recomendações, o que será acompanhado de perto por esta Coordenadoria e informado no Relatório de Gestão referente ao exercício do corrente ano.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (4 de 6)	
Identificação do Relatório de Auditoria	02/2011
Data do Relatório de Auditoria	14/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	6.1 a 6.3
Comunicação Expedida	PAE nº 2327/2011 (Data 14/12/2011)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ASPLAN-DG – Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral e responsáveis por projetos e indicadores do Planejamento Estratégico
Descrição da Recomendação	6.1 – Com relação à medição de indicadores: 6.1.1 – Tornar mais eficaz a comunicação entre a ASPLAN/DG e os responsáveis pela medição de indicadores, tendo em vista o apontado nos itens 5.1.1, 5.1.4 e 5.1.5, como forma de tornar mais clara as responsabilidades e promover o necessário acompanhamento e orientação a cada um dos envolvidos em tais medições; 6.1.2 – Tendo em vista o apontado no item 5.1.2, levantar os motivos pela falta de mensuração de alguns indicadores, bem como promover o necessário à plena medição destes doravante; 6.1.3 – Avaliar os motivos para o não alcance de algumas metas estipuladas (item 5.1.3) e propor ações para seu fiel cumprimento; 6.1.4 – Reunir, ASPLAN/DG e os responsáveis pelos indicadores, de forma tornar estes (indicadores) mais eficazes (item 5.1.6) ao que se propõe, bem como definir adequadamente qual a Unidade mais indicada para realizar sua medição (item 5.1.7); 6.1.5 – Verificar a necessidade, para as metas atingidas, da definição de outra com nível maior de desafio, tendo em vista o levantado no item 5.1.8; e 6.1.6 – Posto o contido no item 5.1.9, avaliar a necessidade de envolver mais efetivamente, na definição de indicador e meta, aqueles à quem forem imputadas a responsabilidade de medição. 6.2 – Com relação à execução dos projetos: 6.2.1 – Posto o apontado no item 5.2.1, implemente matriz de procedimentos (ferramenta de gestão), a exemplo da utilizada para a definição da medição de indicadores, matriz 5W2H¹, ou outra ferramenta similar, como forma de detalhar os procedimentos necessários à efetivação dos projetos e definição dos responsáveis por tais ações, prazo de execução, custo, local, entre outros, o que facilitará a gestão do plano e imputação de responsabilidades; 6.2.2 - Tendo em vista o apontado no item 5.2.2, levantar os motivos pela falta de implementação de alguns projetos, bem como promover o necessário à plena execução destes doravante; 6.2.3 – Quando da elaboração da proposta orçamentária do Órgão, fazê-la de forma que as ações propostas estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico, inclusive no tocante ao montante dos recursos necessários a implantação de seus projetos, haja vista o apontado nos itens 5.2.3 e 5.2.4; e 6.2.4 - Reunir, ASPLAN/DG e os responsáveis pelos projetos, de forma que estes (projetos), sejam devidamente acompanhados em sua execução (item 5.2.5), se tornem mais propensos a atingir o respectivos Objetivos Estratégicos a que se propõem (item 5.2.6), bem como definir adequadamente qual a Unidade mais indicada para realizar sua implementação (item 5.2.7). 6.3 – Com relação às atribuições gerais da ASPLAN/DG: 6.3.1 – Visto o contido nos itens 5.3.1, 5.3.2 e 5.3.3, que as Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE's, sejam realizadas na periodicidade prevista no art. 5º da Resolução nº 199/2009, ou seja, trimestralmente, como forma de dar mais eficiência à execução do Planejamento em tela.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Justificativas da unidade interna responsável
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
ASPLAN-DG – Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral e responsáveis por projetos e indicadores do Planejamento Estratégico
Justificativas para o não atendimento
O Relatório de Auditoria nº 02/2011 foi concluído em 14/12/2011, portanto, em razão do exíguo prazo não houve possibilidade de atendimento das recomendações no exercício 2011. Convém relatar que a ASPLAN/DG realizou Reunião de Análise da Estratégia – RAE, em conjunto com os setores envolvidos na execução do Planejamento Estratégico, o que culminou em alguns ajustes em Objetivos Estratégicos, Indicadores e Projetos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (5 de 6)	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	19/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	6.1 a 6.7
Comunicação Expedida	Relatório de Auditoria 03/2011 – PAE 2461/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SESEG – Seção de Serviços Gerais
Descrição da Recomendação	6.1 Tendo em vista o contido nos itens 5.1.1 e 5.1.2, que seja o gestor do contrato orientado a manter controles eficazes no sentido de que seja observado o cumprimento integral das cláusulas contratuais e a evitar situações que interfiram na autonomia dos empregados da contratada, não devendo permitir ou possibilitar atos que caracterizem: subordinação, pessoalidade, vinculação hierárquica, etc, evitando possíveis problemas no enfretamento de ações judiciais para reconhecimento de relações trabalhistas; 6.2 Posto o elencado no item 5.1.3, letras “a” e “b”, que sejam tomadas medidas para sanar a irregularidade doravante, apurar as responsabilidades pela situação e, ainda, buscar a recomposição financeira do Erário em caso de prejuízo verificado; 6.3 Que sejam imediatamente estancadas as situações apontadas no item 5.1.4, letras “a” e “b”, sob pena de eventuais problemas trabalhistas para essas corte, inclusive com repercussão financeira negativa ao Erário; 6.4 Tendo em vista o item 5.1.5, que seja acionada a empresa para que apresente documentos que comprovem que os pagamentos citados no item em tela não foram indevidos ou, não o fazendo, seja providenciado o devido ressarcimento a esta Corte; 6.5 Sempre que o gestor do contrato encontrar problemas na execução contratual, comunicar as irregularidades ao preposto da contratada, por escrito e com ciência dele, e exigir que se tomem as providências cabíveis, haja vista o apontado no item 5.1.6; 6.6 Que seja analisada a possibilidade de serem implementadas pesquisas que afirmem a satisfação dos usuários dos serviços prestados pela contratada, ou outra forma de aferição, acerca da qualidade destes serviços, como forma de restar evidenciado que os serviços previstos em contrato estão sendo realizados a contento, tendo em vista o contido no item 5.2 e seus subitens. 6.7 Tendo em vista o relatado no item 5.3, letra “a”, que seja avaliada a viabilidade, bem como o custo/benefício da lotação de um encarregado/preposto, no Anexo I e prédio da 29ª ZE, bem como sejam instalados, naqueles locais, os suportes e objetos citados na letra “b” do item em tela.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SESEG – Seção de Serviços Gerais	
Justificativas para o não atendimento	
O relatório de auditoria foi finalizado em 19/12/2011, portanto em razão do exíguo prazo, não houve possibilidade de atendimento no exercício de 2011. Todavia, verificamos que as recomendações foram observadas nos novos contratos (40, 41, 42, 43 e 44/2011) vigentes a partir de janeiro de 2012 e iremos acompanhar a execução dos mesmos.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna (6 de 6)	
Identificação do Relatório de Auditoria	04/2011
Data do Relatório de Auditoria	20/12/2012
Item do Relatório de Auditoria	7.1 a 7.7
Comunicação Expedida	PAE nº 2476/2011 (20/12/2012)
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria e Zonas Eleitorais do TRE-TO
Descrição da Recomendação	7.1 Adotar medidas visando a completa formalização dos processos com maior observância ao cumprimento dos normativos legais, no tocante aos prazos para apresentação de comprovante de deslocamento e devolução dos valores recebidos em excesso (GRU), a fim de evitar as inconsistências mencionadas no item 5.1, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “f”. 7.2 Fazer constar no objetivo da viagem, o nome do membro que o beneficiário irá acompanhar, bem como relacionar o efetivo acompanhamento quando da justificativa da comprovação, a fim de evitar a inconsistência mencionada item 5.1, alínea “c”; 7.4 Adotar medidas com o intuito de inserir no Sistema Informatizado de Diárias as alterações que afastem as inconformidades mencionadas no item 5.2, alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “h” e “k”. 7.5 Adotar mecanismos de controle no Sistema que possibilite replicar as informações para o SGRH quanto ao cancelamento da viagem/não deslocamento, com o fim de evitar erros em uma possível substituição, conforme o especificado no item 5.2, alínea “i”. 7.6 Orientar aos Proponentes, responsáveis pela verificação da regularidade do processamento das diárias, a aplicação de mecanismos de controle interno para a efetiva e contínua verificação da regularidade dos Atos de concessão de diárias em cumprimento do art. 8º, § único da INTRE/TO nº 1/2011, com o fim de sanar as inconsistências demonstradas no item, 5.3.1, alíneas “a”. 7.7 Implantar medidas saneadoras com o fim de obstar as dificuldades apresentadas pelos Proponentes, conforme demonstrado no item, 5.3.1, alíneas “b”.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria e Zonas Eleitorais do TRE-TO	
Justificativas para o não atendimento	
O Relatório de Auditoria nº 04/2011 foi concluído em 19/12/2011, portanto, em razão do exíguo prazo não houve possibilidade de atendimento das recomendações no exercício 2011. Informamos, entretanto, que alguns ajustes já estão sendo realizados no Sistema Informatizado de Diárias a fim de cumprimento das recomendações expedidas.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

ITEM 1 DA PARTE “B”

1.1. Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins			070027
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Palmas	Data	10 de abril de 2012
Contador Responsável	Emir Cunha Constantino	CRC nº	SP 129.234/T2

ITEM 2 DA PARTE “B”

2.1. Análise Crítica das Demonstrações Contábeis

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins na execução dos registros dos lançamentos contábeis tem por base documentos fiscais legalmente exigidos (notas fiscais, recibos, contratos, notas de empenhos), cujo processo de aquisição ou contratação tem por princípio a obediência às Leis das Licitações, os quais são formalizados em processos digitalizados, que dão suporte à elaboração das demonstrações contábeis em obediência aos princípios contábeis, com adoção do Plano de Contas da União e obediência à Lei 4.320/64.

A partir de 2010 tem operacionalizado a depreciação dos bens patrimoniais nos termos da Resolução CFC nº 1.136/2008 – NBC-T 16.9, que trata da Depreciação, Amortização e Exaustão, como também, a Orientação COFIC/SOF/TSE nº 01/2010. Observa-se também, a Orientação COFIC/SOF/TSE nº 03/2010, quanto a Apropriação da Provisão para Férias e 13º Salários, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, instituído pela Portaria STN nº 664 de 30 de novembro de 2010.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO

ITEM 1 DA PARTE “C”

1.1. Informações sobre o fundo partidário a serem prestadas pelo TRE-TO

Quadro C.1.1 – Relação dos diretórios de partidos no Estado

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
DEM	Democratas	25	17/02/2012	Osires Rodrigues Damaso	15/12/2011 a 31/07/2012
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65	13/12/2011	Davis Miranda de Souza	01/12/2011 a 30/11/2012
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	04/08/2010	Joseli Ângelo Agnolin	25/07/2010 a 25/07/2012
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	26/09/2011	Claudemir Lopes	21/09/2011 a indeterminado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	25/10/2011	Raimundo Coimbra Júnior	18/10/2011 a 18/10/2013
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	19/12/2011	Nuir Machado de Lima Filho	08/12/2011 a indeterminado
PP	Partido Popular	11	-----	Lázaro Botelho Martins	30/03/2008 a indeterminado
PPL	Partido Pátria Livre	54	07/10/2011	Abraão Cavalcante Lima	07/10/2011 a 07/10/2013
PPS	Partido Popular Socialista	23	16/11/2011	Eduardo Bonagura	06/11/2011 a 16/11/2011
PR	Partido da República	22	13/06/2011	João Batista de Jesus Ribeiro	22/03/2011 a 21/03/2015
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	08/04/2010	Vanderlei Lacerda da Silva	22/03/2010 a 13/04/2010
PRP	Partido Republicano Progressista	44	-----	Félix Gomes Ferreira	14/01/2009 a indeterminado
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	24/08/2011	João Ribeiro Júnior	18/08/2011 a 24/08/2011
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	28/12/2010	Laurez da Rocha Moreira	01/01/2011 a 30/06/2012
PSC	Partido Social Cristão	20	----	Amarildo Martins da Silva	11/02/2008 a indeterminado
PSD	Partido Social Democrático	55	30/09/2011	João Oliveira de Sousa	29/09/2011 a 29/09/2014
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	03/10/2011	Ernani soares de Siqueira	23/05/2011 a 23/05/2012
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	19/09/2011	Adail Pereira Carvalho	14/09/2011 a 14/09/2012
PSL	Partido Social Liberal	17	11/10/2011	Christian Zini Amorim	22/03/2011 a 21/03/2011



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50	-----	Nerci Maria Rezende Carvalho	28/06/2009 a indeterminado
PT	Partido dos Trabalhadores	13	-----	Divino Donizete Borges Nogueira	02/12/2007 a 31/12/2012
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	-----	José Geraldo de Melo Oliveira	14/05/2008 a 13/05/2012
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	14/12/2010	Hausenclever K. Pettersen	07/12/2010 a indeterminado
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70	12/05/2011	Antonio Pessoa Maracaipe	14/04/2011 a 13/05/2011
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	25/11/2011	Cinthia Alves Caetano Ribeiro	16/11/2011 a indeterminado
PV	Partido Verde	43	26/05/2010	Marcello de Lima Lelis	16/05/2010 a 30/12/2012

Fonte: TSE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro C.1.2 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.

Valores em R\$1,00

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2011*	2010	2009
PMDB	559.588,94	440.765,43	416.362,34
DEM	**	251.500,00	298.500,00
PSDB	275.553,92	157.666,27	221.497,52
PP	238.000,00	160.000,00	192.000,00
PR	293.363,36	82.462,16	139.958,72
PTB	162.820,00	123.040,00	80.572,00
PV	97.085,92	49.408,12	42.063,68
PPS	**	30.000,00	18.000,00
PRB	12.100,00	7.000,00	7.000,00
PTC	**	-0-	2.500,00
PSB	167.383,32	18.369,16	-0-
PSC	3.000,00	**	**
PT	160.056,14	**	**
TOTAIS	1.968.951,60	1.320.211,14	1.398.454,26

Fonte: TSE e TRE-TO

*Dados extraídos dos processos de prestação de contas dos partidos políticos, ainda sujeitos a análise.

** Partidos que não prestaram contas.

Quadro C.1.3 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência

SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2011
PMDB	17.02.2011	1128-50.2010.6.27.0000	AN
DEM	02.05.2011	1077-39.2010.6.27.0000	AN
PSDB	02.05.2011	1074-84.2010.6.27.0000	AN
PP	02.05.2011	1083-46.2010.6.27.0000	AN
PR	02.05.2011	1082-61.2010.6.27.0000	AN
PTB	02.05.2011	1073-02.2010.6.27.0000	AN
PV	11.05.2011	1109-44.2010.6.27.0000	AN
PPS	15.08.2011	1307-81.2010.6.27.0000	AN
PRB	07.04.2011	1071-32.2010.6.27.0000	AN
PTC	07.01.2011	15-27.2011.6.27.0000	AN
PHS	28.04.2011	1072-17.2010.6.27.0000	AP
PRP	13.04.2011	1075-69.2010.6.27.0000	AN
PRTB	02.05.2011	63-83.2011.6.27.0000	AN
PSB	29.04.2011	1078-24.2010.6.27.0000	AN
PSDC	02.05.2011	64-68.2011.6.27.0000	AN
PSC	18.05.2011	1227-20.2010.6.27.0000	AN
PT	02.05.2011	62-98.2011.6.27.0000	AN
PDT	17.10.2011	213-64.2011.6.27.0000	AN
PSOL	02.08.2011	167-75.2011.6.27.0000	AN



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro C.1.4 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2010

SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PSL	Comunicação ao Diretório Nacional para suspensão de repasses de cotas do Fundo Partidário, enquanto permanecer a inadimplência, nos termos do art. 18, parágrafo único, da Resolução TSE nº 21.841/04, e julgamento das contas como não prestadas, conforme Processo nº 1076-54.2010.6.27.0000
PTN	Comunicação ao Diretório Nacional para suspensão de repasses de cotas do Fundo Partidário, enquanto permanecer a inadimplência, nos termos do art. 18, parágrafo único, da Resolução TSE nº 21.841/04, e julgamento das contas como não prestadas, conforme Processo nº 1084-31.2010.6.27.0000
PMN	Comunicação ao Diretório Nacional para suspensão de repasses de cotas do Fundo Partidário, enquanto permanecer a inadimplência, nos termos do art. 18, parágrafo único, da Resolução TSE nº 21.841/04, e julgamento das contas como não prestadas, conforme Processo nº 168-60.2011.6.27.0000
PT do B	Comunicação ao Diretório Nacional para suspensão de repasses de cotas do Fundo Partidário, enquanto permanecer a inadimplência, nos termos do art. 18, parágrafo único, da Resolução TSE nº 21.841/04, e julgamento das contas como não prestadas, conforme Processo nº 171-15.2011.6.27.0000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadro C.1.5 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2010	2009	2008	2007	2006
PMDB	AN	AR	RE	RE	RE
DEM	AN	AP	AP	AP	AP
PP	AN	AP	AP	AR	AP
PSDB	AN	AP	AR	RE	RE
PTB	AP	AP	AP	AP	AP
PSB	AP	AP	AP	DP	DP
PRB	AN	AP	AP	AR	*
PTC	AN	DP	AP	AP	AP
PPS	AP	AP	AP	AP	AP
PV	AP	AP	AP	AR	AP
PT	AN	AP	AR	DP	DP
PRONA	**	**	**	**	DP
PDT	AN	AN	DP	DP	DP
PRP	AN	DP	DP	AP	DP
PSL		AP	DP	AP	AP
PAN				AP	AP
PSDC	AN	AP	DP	DP	DP
PT do B		DP	DP	DP	AP
PHS	AP	AP	DP	DP	DP
PTN		AP	DP	DP	DP
PL	***	***	***	AR	AP
PR	AN	AP	AR	*****	*****
PSC	AN	DP	AP	AP	DP
PC do B	AN	DP	DP	DP	DP
PRTB	AP	AP	DP	DP	DP
PSOL	AN		AR	DP	DP
PMN		AP	DP	DP	DP

Legenda:

AN – Em análise
 AP – Aprovada
 AR – Aprovada com ressalva
 DP – Desaprovada
 RE – Em recurso

Fonte: TRE-TO

* PRB Vigência a partir de 2007
 ** PRONA Vigência até o exercício de 2006
 *** PAN Vigência até o exercício de 2007
 **** PL Vigência até o exercício de 2007
 ***** PR Vigência a partir de 2007

Os campos em branco referem-se a partidos que não prestaram contas no exercício respectivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conforme se percebe dos dados do presente relatório, este Tribunal tem atuado com excelência em sua área, agindo com economicidade, eficácia e foco no cliente.

Como parte do processo de melhoria contínua, para 2012 o Tribunal aperfeiçoará seu planejamento estratégico, alinhando-o ao da Justiça Eleitoral, bem como tornando-o mais prático e eficiente do ponto de vista da gestão.

Além do mais, desenvolverá Metodologia para Gerenciamento de Projetos, favorecendo o alcance dos objetivos estratégicos, simplificando rotinas e monitorando todo o andamento por intermédio do Escritório Corporativo de Projetos.

Cabe ainda ressaltar que, como dito, a disseminação do conhecimento da rotina cartorária para os servidores da Secretaria do Tribunal também estará nas metas do órgão, especialmente por causa do eleitor, nosso maior cliente. Por fim, a construção de mais sedes próprias, com estrutura adequada, contribuirá decisivamente para o alcance dessa meta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXOS

ANEXO I – Escopo do SGQ (processos e indicadores)

ORDEM	PROCESSO	INDICADOR
1	Objetivos da Qualidade	Índice geral de satisfação do eleitor
2		Nível de confiança na Justiça Eleitoral
3		Índice de Execução Orçamentária
4	Cadastro de eleitores	Percentual de incidência de erros em operações no Cadastro
5		Percentual de eleitores com cadastro biométrico
6	Registro de candidaturas - Eleições Municipais	Tempo médio de permanência do recurso na Seção (SEADIP/COJUD/SJI)
7	Registro de candidaturas - Eleições Gerais	Tempo médio de permanência do Processo de Registro de Candidatura (COJUD/SJI)
8	Votação	Número de seções eleitorais que iniciaram os trabalhos com atraso
9		Percentual de seções eleitorais que encerraram a votação após as 18h.
10		Percentual de urnas com problemas
11	Apuração	Tempo de apuração
12	Votação Paralela	Divergências não identificadas
13		Tempo para identificação das divergências ocorridas
14		Não conformidade detectadas pela auditoria externa da Votação Paralela
15	Planejamento das Eleições	Percentual das unidades do Tribunal com planejamento de eleições integrado
16		Percentual de execução do que foi planejado
17		Ações realizadas dentro do prazo planejado
18	Aquisições para eleições	Tempo de tramitação do processo, desde o protocolo do pedido até a contratação do objeto do pedido
19	Distribuição de Materiais	Percentual dos materiais distribuídos nas unidades antes do pleito
20	Orçamento para Eleições	Índice de Contemplação Orçamentária
21	Comunicação	Nível de Informação no Momento do Voto
22		Quantitativo de veiculação nos jornais regionais impressos
23		Número total de atendimentos
24		Percentual de atendimentos, por natureza
25		Percentual de atendimentos, por meio de comunicação
26		Percentual de informações prestadas, por assunto
27	Prestação de Contas - Eleições Municipais	Índice de satisfação do cliente (servidores dos cartórios)
28	Prestação de Contas - Eleições Gerais	Percentual de pareceres acolhidos pelo pleno, por pleito
30	Gestão de Pessoas	Índice de Requisitados na Justiça Eleitoral
31		Cartórios com quantitativo adequado de servidores
32		Índice de satisfação (Técnicos de Urnas)
33		Índice de satisfação (Técnicos de Satélite)
34		Índice de satisfação (equipe de apoio técnico – TRE)
35		Investimento em treinamento, por servidor (Secretaria)
36		Investimento em treinamento, por servidor (Cartório Eleitoral)
37		Horas de treinamento, por servidor, para as Eleições (Secretaria)
38		Horas de treinamento, por servidor, para as Eleições (Cartório Eleitoral)
39		Percentual de servidores capacitados para as Eleições (Secretaria)
40		Percentual de servidores capacitados para as Eleições (Cartórios Eleitorais)
41	Infraestrutura Tecnológica	Ocorrências atendidas no tempo estabelecido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO I – Escopo do SGQ (processos e indicadores)

ORDEM	PROCESSO	INDICADOR
42		Índice de disponibilidade de serviços definidos como essenciais
43		Índice de satisfação do cliente de Infraestrutura de TI
44	Manutenção de Urnas	Percentual de UE que apresentaram problemas em decorrência do transporte para as Z.E's
45		Percentual de UE com problemas, detectado na manutenção preventiva
46	Diplomação	Número de diplomados por pleito



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO II – Temas e indicadores do Planejamento Estratégico do TRE-TO

TEMA	Nº	INDICADOR	METAS PARA 2011	
			Prevista	Realizada
Sociedade	1	Nível de confiança na Justiça Eleitoral do Tocantins	-	-
Eficiência Operacional	2	Índice de Congestionamento	1º Grau: 30%	57%
			2º Grau: 35%	40%
	3	Índice de Agilidade no julgamento	1º Grau: 85%	-
			2º Grau: 95,20%	-
	4	Prestações de contas julgadas no prazo	1º Grau: -	-
			2º Grau: 90%	90,30%
	5	Índice de agilidade na publicação dos acórdãos	95%	100%
	6	Economicidade de Água	(- 3%)	11%
	7	Economicidade de Energia	(- 1%)	12%
	8	Economicidade de Papel	(- 20%)	(- 28,03%)
	9	Economicidade de Telefone	(- 3%)	-
	10	Economicidade de Combustível	10%	0%
	11	Manutenção da certificação do sistema de gestão da qualidade	SGQ Certificado	SGQ Certificado
	12	Percentual de urnas substituídas	-	-
	13	Percentual de eleitores com cadastro biométrico	-	-
	14	Percentual das unidades do Tribunal com planejamento de eleições integrado	-	-
Alinhamento e Integração	15	Índice de aproveitamento das boas práticas de gestão do Poder Judiciário	1	2
Atuação Institucional	16	Índice de parcerias com resultados concretos	80%	-
	17	Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins na Internet	1º Grau: 20%	-
			2º Grau: 100%	100%
	18	Nível de Informação no Momento do Voto	-	-
	19	Índice de publicação de matérias institucionais positivas	40%	77%
	20	Índice de matérias institucionais produzidas pela ASCOM e publicadas pelas Mídias	50%	84%
Resp. Social e Ambiental	21	Índice de alcance dos Projetos Sociais	50%	0%
	22	Índice de acesso à justiça eleitoral	42%	41%
	23	Índice de implantação das ações da Agenda Socioambiental	EC	EC
Gestão de Pessoas	24	Nível de Satisfação do Clima organizacional	73%	66,94%
	25	Índice de alcance das metas	50%	50%
	26	Quantitativo de servidores que se submetem à exames médicos periódicos	-	-
	27	Cartórios com quantitativo adequado de servidores	50%	71,42%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO II – Temas e indicadores do Planejamento Estratégico do TRE-TO

TEMA	Nº	INDICADOR	METAS PARA 2011	
			Prevista	Realizada
	28	Índice de capacitação nas competências organizacionais e estratégicas	-	-
	29	Índice de atingimento do Plano Anual de Capacitação	85%	81,48%
Infraestrutura e Tecnologia	30	Índice de adequação das instalações físicas dos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral do Tocantins	63,90%	66,70%
	31	Índice de disponibilização do mobiliário	93%	92,30%
	32	Índice de aderência às metas do PETI (Res. 90 CNJ)	75%	73%
	33	Índice de disponibilidade de sistemas definidos como essenciais	96%	99,44%
Orçamento	34	Índice de Execução Orçamentária	80%	99,93%
	35	Índice de alocação do orçamento estratégico	EC	EC

Fonte: ASPLAN/DG

	Não foi estabelecido meta para 2011
	Meta alcançada
	Meta não alcançada
	EC - Indicador em Construção
	Não pode ser mensurado em 2011 por falta de dados ou inconsistência na fórmula



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO III - Projetos estratégicos

Área: Gestão de Pessoas	
1	Capacitação dos servidores para apoio às Zonas Eleitorais (força tarefa)
2	Inclusão Digital
3	Meu voto, nosso futuro
4	Inclusão Social: Síndrome de Down
5	Pesquisa de Clima Organizacional
6	Implantação do Ensino a Distância (EaD)
7	Programa Anual de Capacitação dos Servidores do TRE-TO
8	Programa Qualidade de Vida
9	Exames Médicos periódicos
10	Semana Cultural
11	Concurso Público
12	Redimensionamento do quadro de pessoal
13	Gestão por competência (EnTRE Talentos)
14	Alta Disponibilidade de Servidores Corporativos
15	Pesquisa de satisfação de clientes internos
Área: Judiciária	
17	Informativo de Jurisprudência
18	Relatório de controle estatístico dos indicadores e metas de celeridade nos trâmites judiciais
Área: Informática	
19	Implantação da Política de Segurança da Informação
20	Parque Computacional
21	Ampliação dos links de dados
22	Outsourcing de impressão
Área: Eleições	
23	Auditorias internas e externas no SGQ
24	Pesquisa de satisfação do eleitor
25	Manutenção de urnas eletrônicas
26	Implantação, manutenção e monitoramento dos processos eleitorais pelo sistema Padlog
27	Mesário Voluntário (Convênio com as Instituições de Ensino Superior.)
28	Identificação Biométrica do eleitor
29	Título Itinerante
Área: Infraestrutura	
30	Plano de Obras do TRE-TO
31	Reestruturação das unidades judiciárias (gabinetes dos Juízes Membros)
Área: Orçamento	
32	Disponibilização das informações orçamentárias e financeiras na internet
33	Aprimoramento do controle orçamentário e financeiro
34	Integração da Participação dos Setores do Tribunal no Processo de Orçamento
Área: Eficiência Operacional	
35	Implantação de um sistema de avaliação das metas e monitoramento dos projetos
36	Pesquisar Projetos de Melhoria, Inovações e Mudanças divulgadas no Banco de Boas Práticas do Judiciário, compatíveis com as necessidades e demandas do TRE-TO
37	Clipping de notícias
Área: Responsabilidade Socioambiental	
38	Programa Agenda Socioambiental

Fonte: ASPLAN/DG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO IV - Projetos Executados em 2011

Plano de Ação 1: Cumprimento das metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Observação: consta nesse documento o plano de ação para as metas que demandaram o desenvolvimento de um projeto específico para o cumprimento da meta.

Implantação do Escritório Corporativo de Projetos (ECP) (Meta 1/2011 – CNJ)	1. Em setembro de 2011 foi criada a Comissão para realizar estudos para implantação do ECP e para criar uma Metodologia em Gerenciamento de Projetos (Port. DG nº 38/2011) 2. Em dezembro foi instituído o ECP no TRE-TO (Port. PRES nº 497/2011). Além do ECP foram instituídas as Unidades de Apoio a Projetos (UAP's) em cada Secretaria do Tribunal.
Implantar pelo menos um <u>programa de esclarecimento ao público</u> sobre as funções, atividades e órgãos do poder judiciário, em escolas ou quaisquer espaços públicos. (Meta 4/2011 – CNJ)	Em novembro de 2011, o "Projeto Justiça Eleitoral: construindo a democracia" teve ações concentradas em duas escolas públicas de Palmas, onde foram ministradas palestras e veiculado o vídeo da peça "Voto vendido: consciência perdida!", de autoria deste Regional.
Implantar e divulgar a " <u>Carta de Serviços</u> " da Justiça Eleitoral em 100% das unidades judiciárias de primeiro grau (Zonas Eleitorais) em 2011. (Meta 7/2011 – CNJ)	1. Em maio de 2011 foi criada comissão para elaboração e divulgação da Carta de Serviços no 1º Grau (Port. DG nº 26/2011). 2. Em novembro de 2011 foi publicada a Carta de Serviços na intranet e internet.
Plano de Ação 2: Cumprimento do Planejamento Estratégico.	
<u>Observação:</u> Segue abaixo os projetos do plano estratégico que foram executados total ou parcialmente em 2011. Como informado no item 2.2.1, existem projetos relacionados no plano estratégico que na realidade são atividades de rotina, logo não estão relacionados abaixo.	
Executar o Programa Anual de Capacitação (PAC) nos moldes planejado.	Foram executados 81,48% do planejado para o programa.
Implantação do Programa Qualidade de Vida	Implementação da ginástica laboral
Gestão por Competência	Foi entregue o 1º ciclo avaliativo
Pesquisa de Clima Organizacional	A pesquisa foi realizada entre 30/05 a 01/07/2011
Plano de Obras e aquisições	<u>Construção de Cartórios Eleitorais:</u> • Colméia, inaugurado em 26/09/2011; • Taguatinga, inaugurado em 23/09/2011; • Tocantinópolis, inaugurado em 03/10/2011; • Peixe: Obra em execução. Ordem de Serviço emitida no dia 14/11/2011. Conclusão prevista para maio de 2012. <u>Reformas de Cartórios Eleitorais:</u>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO IV - Projetos Executados em 2011

	• Formoso do Araguaia: Licitação realizada no final de 2011. Contrato já foi assinado; • Araguaína: Reforma em andamento; • Palmas: Climatização das salas, redimensionamento das instalações elétricas, instalações de divisórias, persianas e rede lógica. <u>Reformas no Ed. Sede e Anexo I:</u> • Modernização da Sala da OAB: Espaço modernizado e adaptado ao Processo Judicial Eletrônico, com a disponibilização de scanners e computadores adequados; • Adequação da Subestação do Edifício-Sede: adaptação das instalações físicas e elétricas da subestação, aquisição de grupo gerador e interligação com cabos entre os quadros de distribuição e o novo grupo gerador; • Adequação do Anexo I (Sala de Treinamento): climatização e adequação das instalações elétricas; • Reforma e ampliação do Protocolo.
Biometria - 2011/2012	Foi realizado o cadastramento biométrico dos eleitores em 3 Zonas Eleitorais, totalizando 11 Municípios. Foram atendidos mais de 75 mil eleitores em 2011.
Projeto Pró-Ativo 2011	Instalação/substituição de mais de 200 novos computadores e outros equipamentos para atualização do parque computacional da SEDE e ZONAS.
Outsourcing de impressão (terceirização)	Foi terceirizado os serviços de impressão da SEDE, ANEXO e 29ª ZE, e resultou em significativa redução de custos e melhoria deste serviço.
Ampliação dos links de dados	Consistiu na melhoria da Rede de Comunicação de dados do TRE-TO. Foram contratadas linhas de comunicação de maior velocidade para atender a determinação do CNJ.
Programa Agenda Socioambiental	Em 2011 iniciaram as Campanhas de Redução do Consumo de Copo Descartável, do Uso Racional de Energia Elétrica e Coleta Seletiva de Papel e Vidros.
Implantação do Ensino à Distância (EaD)	Em 2011 foi implantado o Ensino à Distância. Foram realizados cursos com tutoria interna, porém todos cedidos por outros Regionais.
Plano de Ação 3: Planejamento das Eleições 2012.	
Planejamento das Eleições 2012	1. Preparação do sistema Padlog; 2. Alimentação do sistema; 3. Validação; 4. Homologação do planejamento.
Realização de Eleições Não Oficiais (parametrizadas)	Em 2011 foram realizadas 39 Eleições parametrizadas, com a preparação de 337 Urnas. Foram atingidos mais de 170.000 eleitores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO IV - Projetos Executados em 2011

Software Embarcado para Transmissão de Resultados das Eleições	Desenvolvimento Software Embarcado para Transmissão de Resultados das Eleições (PT-BU). Este sistema foi o vencedor do Prêmio na XI Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Poder Judiciário
Descentralização do Armazenamento de Urnas	O armazenamento das urnas foi descentralizado para cartórios que dispõem de local adequado para seu armazenamento Isso reduziu os custos de manutenção preventiva.
Implantação de Rede Virtual Privada (VPN) no TRE-TO	1. Definição de modelo padrão de segurança para VPNs (rede virtual privada) na JE, ocorrido na Reunião dos TRE's em Março de 2011; 2. Implantação do modelo piloto seguindo modelo definido na SEDE e em 10 Zonas Eleitorais; 3. Apoio a biometria, itinerante e eleições de 05 Regionais através da infraestrutura de VPN do TRE-TO (GO, RO, MS, AL e SE); 4. Aquisição de equipamentos de segurança para estrutura definitiva.
Acessibilidade em locais de votação	1. Elaboração e disponibilização de questionário para identificação de locais com acessibilidade; 2. Coleta inicial de 06 Zonas Eleitorais.
Plano de Ação 4: Atendimento de novas demandas que surgiram durante o ano 2011	
Desenvolvimento de nova Intranet	Foi criado novo layout para a intranet, disponibilizado mais informações aos servidores e implementado recursos personalizáveis.
Controle Eletrônico de Ponto do Servidor	Foi implantado o ponto eletrônico no Órgão. Regulamentação publicada por meio da Portaria TRE-TO nº 494, de 12/12/2011.
Processo Administrativo Eletrônico (PAE)	Foi implantado o Processo Administrativo Eletrônico em julho de 2011.
Reestruturação do Datacenter	Implantação de Storage (18 Terabytes) e tecnologia de virtualização para garantia de continuidade de serviços.
Sistema de Emissão de Diárias	Implantação de sistemática de automação de emissão de diárias.
Início do Programa de Qualidade na Secretaria Judiciária e Gestão da Informação (SJI).	Início do programa com definição de indicadores e metas; proposição de melhoria das rotinas de trabalho; análise dos indicadores e o atingimento das metas, com foco na excelência do atendimento aos clientes, no incentivo a gestão participativa e na melhoria do ambiente de trabalho.
Pesquisas de Satisfação dos Clientes	Criar um canal permanente de pesquisas, a fim de avaliar a satisfação de nossos clientes na busca de uma melhoria continua.
Implantação da comunicação eletrônica entre SJI-TRE e Zonas Eleitorais	Oficializar a comunicação eletrônica entre a Secretaria Judiciária e as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO IV - Projetos Executados em 2011

	Zonas Eleitorais, de modo a garantir maior rapidez, com a consequente diminuição nos gastos derivados da remessa.
Elaboração da Revista Institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	1. Entre junho e agosto de 2011 foram realizadas pesquisas em empresas gráficas para cotação orçamentária. 2. De novembro a janeiro realizado processo licitatório; 3. Entre novembro 2011 a fevereiro de 2012, elaboração de matérias, definição de pautas, edição de textos e de fotografias.
Implantação da ISO 9001 na SJI (Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação)	1. Elaboração da Proposta do Projeto 2. Definição do escopo
Socialização do Conhecimento	Projeto que busca capacitar os servidores lotados na Secretaria do Tribunal nas diversas atividades que envolvem o processo eleitoral. Com isso, espera-se que o Tribunal disponha de servidores de diversas áreas para atuar em cartórios em momento de acúmulo de atividades. Será desenvolvido em 9 módulos entre os meses de março a agosto/2012.
Perfil de Saúde do Servidor	Permite acompanhar a saúde dos servidores, separando-os por grupos: Diabéticos, Hipertensos, Dislipidêmicos e outros.

Fonte: ASPLAN/DG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO V – Detalhamento dos Indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade

Nº	PROCESSO	INDICADOR	META PARA 2011	RESULTADO EM 2011	% DE CUMPRIMENTO DA META EM 2011
1	Cadastro de eleitores	Percentual de incidência de erros em operações no Cadastro	0%	0,25%	99,98%
2	Comunicação	Quantidade de matérias relativas à Justiça Eleitoral veiculadas nos jornais regionais impressos.	Aumentar em 10% o total de inserções em relação ao período anterior.	473	1ª medição
3	Comunicação (Ouvidoria)	Número total de atendimentos	Dar retorno aos solicitantes de todas as demandas apresentadas à Ouvidoria em até três (3) dias.	550 71% atendidas em até 3 dias úteis	71%
4	Comunicação (Ouvidoria)	Percentual de atendimentos, por natureza	Dar retorno aos solicitantes de todas as demandas apresentadas à Ouvidoria em até três (3) dias.	86% informações 1,09% críticas 2% elogios 10,1% diversos 71% atendidas em até 3 dias úteis	71%
5	Comunicação (Ouvidoria)	Percentual de atendimentos, por meio de comunicação	Aumentar e melhorar a oferta de canais de acesso à ouvidoria.	70% telefone 29% e-mail 1% presencial Obs: aquisição de linha 0800 e fax	100%
6	Comunicação (Ouvidoria)	Percentual de informações prestadas, por assunto	Propor, pelo menos, uma (01) melhoria nos serviços por trimestre.	38% situação eleitoral 26% informações diversas 10% enganos 11% dúvidas sobre título eleitoral 8% recadastramento biométrico 6% andamento processual 1% propaganda eleitoral Obs: Sugestões atendidas, conforme propostas nos relatórios trimestrais, algumas	100%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO V – Detalhamento dos Indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade

Nº	PROCESSO	INDICADOR	META PARA 2011	RESULTADO EM 2011	% DE CUMPRIMENTO DA META EM 2011
				já implementadas.	
7	Gestão de Pessoas	Índice de Requisitados na Justiça Eleitoral.	Reduzir o percentual de requisitados para 30% até 2014 (ano eleitoral), e 25% até 2013 (ano não eleitoral).	34,67%	84,43%
8	Gestão de Pessoas	Cartórios com quantitativo adequado de servidores.	Obter 100% de cartórios com quadro adequado até 2014.	68,57%	68,57%
9	Infraestrutura tecnológica	Ocorrências atendidas no tempo estabelecido	77%	61,25%	84,25%
10	Infraestrutura tecnológica	Índice de disponibilidade de serviços definidos como essenciais	95%	99,4%	104,4%
11	Manutenção de Urnas	Quantidade de urnas defeituosas durante a manutenção preventiva.	0%	0,30%	99,7%